Prestação de Contas Consolidadas

2023

LOUSÃ

CÂMARA MUNICIPAL

ÍNDICE

ÍNDICE DE QUADROS 2

INTRODUÇÃO 3

1. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO 7

2. MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO 8

3. ATIVIDADE CONSOLIDADA 9

3.1. ANÁLISE AO BALANÇO CONSOLIDADO 10

3.2. ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA 13

4. ANEXOS 15

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1 -ESQUEMA DO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO ORÇAMENTAL E DO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO FINANCEIRA. 5

QUADRO 2 - PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO FINANCEIRA 7

QUADRO 3 - TIPOS DE MÉTODOS DE CONSOLIDAÇÃO DE NATUREZA FINANCEIRA 8

QUADRO 4 - ESTRUTURA DO BALANÇO CONSOLIDADO NO ANO DE 2023 – ATIVO 10

QUADRO 5 - ESTRUTURA DO BALANÇO CONSOLIDADO NO ANO DE 2023 – PATRIMÓNIO LÍQUIDO 11

QUADRO 6 - ESTRUTURA DO BALANÇO CONSOLIDADO NO ANO DE 2023 – PASSIVO 12

QUADRO 7 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA NO ANO DE 2023 13

INTRODUÇÃO

Em relação à Consolidação de Contas, em cumprimento do disposto no nº2 do artigo 76º da Lei nº73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, compete ao órgão executivo apresentar ao órgão deliberativo os documentos de prestação de contas consolidadas, de forma a serem apreciados e votados na sessão ordinária do mês de junho do ano seguinte a que respeitam.

O nº4 do artigo 52º da Lei nº98/97, de 26 de agosto, estabelece na sua atual redação, que "*As contas são remetidas ao Tribunal até 30 de abril do ano seguinte àquele a que respeitam, sem prejuízo de as contas consolidadas serem remetidas até 30 de junho.*"

O Sistema de Normalização Contabilístico das Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº192/2015, de 11 de setembro, prevê que as contas dos municípios devem ser consolidadas, pois só esse instrumento permite conhecer a sua verdadeira situação económico financeira e avaliar, de forma integrada, o conjunto de atividades desenvolvidas.

O exercício de 2023 é o quinto exercício no qual o Município da Lousã apresenta Contas Consolidadas. No exercício de 2019, as contas foram apresentadas segundo o normativo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais. Já no exercício de 2020,2021, 2022 e 2023, o normativo utilizado é o SNC-AP.

Os interesses em outras entidades são regulados, de acordo com o SNC-AP, pelas seguintes normas:

- Norma de Contabilidade Pública (NCP) 21 – Demonstrações Financeiras Separadas: O objetivo desta Norma é prescrever os requisitos de contabilização e divulgação aplicáveis aos investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos, ou associadas quando uma entidade prepara demonstrações financeiras separadas;

- NCP 22 – Demonstrações Financeiras Consolidadas: O objetivo desta Norma é prescrever princípios para a apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou várias entidades;

- NCP 23 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos: O objetivo desta Norma é prescrever o tratamento contabilístico dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos e definir os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial no tratamento contabilístico dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos;

- NCP 24 – Acordos Conjuntos: O objetivo desta Norma é prescrever os princípios de relato financeiro das entidades com interesses em acordos controlados conjuntamente (ou seja, acordos conjuntos).

Adicionalmente, podem ainda aplicar-se as seguintes normas:

- NCP 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras;

- NCP 16 – Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio;

- NCP 18 – Instrumentos Financeiros;

- NCP 20 – Divulgação de Partes Relacionadas;

- EC – Estrutura Conceptual.

O Município da Lousã apresenta demonstrações consolidadas decorrente da obrigatoriedade estabelecida no nº 6 do artigo 75º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, o qual estipula que "devem (…) ser consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais (…) que integrem o setor empresarial local (…) independentemente da percentagem de participação ou detenção do município …".

O artigo 7.º do Decreto – Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual – diploma legal que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, estabelece em matéria de consolidação de contas, o seguinte quanto aos perímetros de consolidação:

- *Perímetro de consolidação de natureza orçamental (NCP26);*

- *Perímetro consolidação de natureza financeira (NCP 22).*

Assim, as Demonstrações Consolidadas Orçamentais e Financeiras consubstanciam-se em perímetros diferentes. No entanto, não se trata de duas prestações de contas consolidadas diferentes, mas sim de mapas distintos na mesma prestação consolidada.

Os diferentes perímetros podem apresentar-se da seguinte forma:

Perímetro de Consolidação Orçamental da Administração Local	Perímetro de Consolidação Financeira da Administração Local
Conjunto das entidades incluídas no subsetor da administração local nas últimas contas setoriais publicadas pelo INE, IP, em cumprimento do SEC2010[1]	Entidades controladas pela administração local (aplicação da NCP 22)

QUADRO 1 – ESQUEMA DO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO ORÇAMENTAL E DO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO FINANCEIRA.

Desta forma, aquando da apresentação da prestação de contas consolidadas, os municípios apresentam os mapas orçamentais para o perímetro orçamental e os mapas financeiros para o perímetro de controlo (financeiro).

Os documentos de prestação de contas consolidadas, do perímetro da consolidação financeira, compreendem a apresentação de um relatório de gestão e das seguintes demonstrações financeiras:

- Balanço consolidado;

- Demonstração dos resultados (por natureza) consolidada;

- Demonstração das alterações de património líquido consolidada;

- Demonstração de fluxos de caixa consolidada;

- Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, com a divulgação de notas específicas relativas à consolidação de contas.

Os documentos do perímetro de consolidação orçamental são:

- Demonstração consolidada do desempenho orçamental;

[1] Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais - SEC disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_cnacionais

- Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza.

Da análise efetuada à informação disponível sobre a consolidação da parte orçamental, que praticamente é apenas a que consta no SNC-AP, que serve para todas as entidades que aplicam este normativo, e pelos considerandos a seguir descritos, é entendimento não estarem reunidas as condições para que no ano de 2023, como já aconteceu nos anos anteriores, não se proceda a esta consolidação:

- Dada a especificidade da administração local para a qual, por norma, e em situações similares, são emanadas orientações, principalmente por parte da Direção Geral das Autarquias Locais (e no caso em concreto, eventualmente também pela Comissão de Normalização Contabilística), que permitam adequar à realidade autárquica determinados processos, até ao momento não foram divulgadas normas/orientações/entendimentos sobre esta matéria;

- Tendo em conta a relevante complexidade do processo foram solicitados, em exercícios anteriores pelo Município, vários esclarecimentos sobre várias dúvidas que persistem, junto daquela Direção Geral, que até ao momento não foram prestados.

Neste sentido, o Município irá apenas apresentar consolidação financeira, tendo as demonstrações financeiras consolidadas sido preparadas, em todos os aspetos materiais, em conformidade com as disposições previstas no §14 da NC1 e a Nota Explicativa do Subgrupo de Apoio Técnico na Aplicação do POCAL (SATAPOCAL) designada como "Consolidação de Contas pelos Municípios – Instruções para o exercício de 2014", datada de maio de 2015.

Na reunião do Executivo de 3 de junho de 2024 foi aprovado o Manual de Consolidação previsto no §25 na NCP 26, que refere que "*a entidade consolidante é responsável pela elaboração de documentos e elementos de apoio ao processo de consolidação orçamental, designadamente o manual de consolidação e o dossiê de consolidação*", que serve instrumento orientador e estruturante de apoio ao processo de consolidação de contas do Município.

O presente documento encontra-se estruturado em três capítulos, a saber:

1. Perímetro de consolidação, onde são apresentadas as entidades detidas ou participadas alvo de consolidação;

2. Método de consolidação, onde se analisa o método de consolidação adequado às participações ou detenções do Município;

3. Análise da Situação Económica e Financeira, onde se analisa o Balanço Consolidado e a Demonstração de Resultados Consolidada.

1. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

O artigo 75º da Lei nº73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, define quais são as entidades que fazem parte do perímetro de consolidação.

No caso do Município da Lousã, e uma vez que não detém o controlo, de forma direta ou indireta de qualquer entidade, apenas é aplicável o nº 6 do artigo anteriormente referido, que estabelece que "*devem ainda ser consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que, de acordo com o artigo 7.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, integrem o setor empresarial local e os serviços intermunicipalizados, independentemente da percentagem de participação ou detenção do município, das entidades intermunicipais ou entidade associativa municipal*".

Desta forma, e face ao exposto, é de concluir que das entidades que compõem o grupo autárquico do Município da Lousã, para além do próprio Município (enquanto entidade mãe ou entidade consolidante), apenas as entidades designadas de "Empresas Locais", em consonância com o disposto no artigo 19º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, alterada pelas Leis nºs 53/2014, de 25 de agosto, 69/2015, de 16 de julho, 7-A/2016, de 30 de março, 42/2016, de 28 de dezembro, 71/2018, de 31 de dezembro e 2/2020, de 31 de março, integram o perímetro de consolidação:

Entidade	NIPC	Sede	% de participação	Tipo de entidade
Município da Lousã	501 121 528	Rua Dr. João Santos, 3200-236 Lousã	-	Entidade-mãe
APIN - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, EIM. SA	515 515 507	Zona Industrial de Penela, Lote 15 – 3230-347 Penela	18,39%	Empresa Local

QUADRO 2 - PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO FINANCEIRA

2. MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO

Relativamente à consolidação de natureza financeira, o SNC-AP prevê vários métodos de consolidação, considerando o tipo de controlo que a entidade consolidante exerce sobre a entidades que integram o perímetro de consolidação, a saber:

Controlo	Tipo de Participação	NCP aplicável	Método
Controlo (exclusivo)	Entidades controladas	NCP 22	Método de Consolidação Integral
Influência Significativa	Associada	NCP 23	Método de Equivalência Patrimonial
Controlo Conjunto	Empreendimento Conjunto	NCP 24	Método de Equivalência Patrimonial
Sem influência significativa	Outras entidades	NCP 18	Método do Custo ou Método do Justo valor

QUADRO 3 - TIPOS DE MÉTODOS DE CONSOLIDAÇÃO DE NATUREZA FINANCEIRA

Na consolidação de contas do Município da Lousã com a entidade APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, EIM, SA, será utilizado o **Método de Equivalência Patrimonial**. Com este método (também designado como método simplificado de consolidação) o investimento que é inicialmente reconhecido pelo custo, é ajustado posteriormente em função da evolução pós-aquisição do valor contabilístico da parte de capital detida, pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da entidade incluída no perímetro de consolidação.

3. ATIVIDADE CONSOLIDADA

Para a análise da situação económica e financeira das entidades constituintes do perímetro de consolidação foram utilizados os dados de 2022 e 2023, sendo alvo de análise o Balanço Consolidado e a Demonstração de Resultados Consolidada.

Da análise às demonstrações financeiras da APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, EIM, SA é necessário efetuar-se um ajustamento ao balanço, na medida em que, as contas da APIN foram elaboradas tendo por base o Sistema de Normalização Contabilística. E este normativo em relação ao recebimento de transferências nada menciona sobre o cumprimento de condições, sendo que, o valor recebido enquanto não for imputado à conta 7 - Rendimentos fica refletido na conta 59 – Outras Variações no Capital Próprio. No entanto, o Sistema de Normalização Contabilística - Administração Pública (SNC-AP) indica que enquanto o investimento não estiver em condições de uso, o valor deve ser mantido na conta 2822 – Transferências e Subsídios de Capital Obtidos com Condições e, só depois de as condições estarem cumpridas é que se deve transferir a verba da 2822 para a conta 5931, para que, depois seja imputada aos Rendimentos de uma forma sistemática.

Assim, para seguir o mesmo pressuposto contabilístico e como as obras para as quais a APIN recebeu as transferências não estão concluídas, há a necessidade de se efetuar um lançamento de Ajustamento antes da consolidação.

Desta forma, no exercício de 2023, o lançamento de ajustamento é o seguinte:

2822 - Rendimentos a Reconhecer - Transferências e Subsídios Capital Obtidas com Condições	
	15 310 161,71

5931 - Transferências e Subsídios para aquisição de ativos depreciáveis/amortizáveis	
15 310 161,71	

3.1. ANÁLISE AO BALANÇO CONSOLIDADO

O quadro a seguir apresentado contém a estrutura do ativo e a sua evolução do ano de 2022 para o de 2023:

Balanço Consolidado

ANO: 2023

Município da Lousã

Rubricas	31/12/2023	31/12/2022	Variação 2023/2022	
			Valor	%
ATIVO				
Ativo Não Corrente				
Ativos Fixos Tangíveis	59 257 570,57	58 384 463,68	873 106,89	1,50%
Propriedade de Investimentos	282 490,87	87 964,46	194 526,41	221,14%
Ativos Intangíveis	9 975,54	14 471,80	-4 496,26	-31,07%
Participações Financeiras	1 002 180,46	1 002 180,46	0,00	0,00%
Diferimentos	11 970,23	26 830,48	-14 860,25	-55,39%
	60 564 187,67	59 515 910,88	1 048 276,79	1,76%
Ativo Corrente				
Inventários	161 180,90	146 810,63	14 370,27	9,79%
Devedores por Transferências e Subsídios não Reembolsáveis	78 095,00	0,00	78 095,00	-
Clientes, Contribuintes e Utentes	51 758,22	57 067,86	-5 309,64	-9,30%
Estado e Outros Entes Públicos	11 528,38	3 765,02	7 763,36	206,20%
Outras Contas a Receber	4 447 289,34	4 082 786,86	364 502,48	8,93%
Diferimentos	47 969,75	20 475,77	27 493,98	134,28%
Caixa/Depósitos Bancários	1 414 223,40	1 976 124,98	-561 901,58	-28,43%
	6 212 044,99	6 287 031,12	-74 986,13	-1,19%
Total do Ativo	**66 776 232,66**	**65 802 942,00**	**973 290,66**	**1,48%**

QUADRO 4 - ESTRUTURA DO BALANÇO CONSOLIDADO NO ANO DE 2023 – ATIVO

O Ativo, no exercício de 2023, totaliza 66.776.232,66€ e, é constituído maioritariamente pelos ativos não correntes (com um peso de 90,70% do total do ativo). De referir que na categoria denominada Ativo está evidenciado o ajustamento efetuado na rubrica de **Participações Financeiras** com base na percentagem de participação ou detenção do Município da Lousã nos capitais próprios da entidade APIN - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, EIM. SA.

O ativo registou um aumento de 1,48%, de 2022 para 2023, correspondente a um acréscimo de aproximadamente 973.290,66€, justificado principalmente pelo aumento de 1,50% nas Ativos Fixos Tangíveis; de 221,14% na rubrica Propriedades de Investimento; de 8,93% nas Outras Contas a Receber; e 78.095,00€ nos Devedores por Transferências e Subsídios não

Reembolsáveis. Em termos de valor, de um exercício para o outro, a rubrica que mais diminuiu foi a "Caixa/Depósitos Bancários" que registou um decréscimo de 561.901,58€.

Face ao Património Líquido podemos verificar que:

Balanço Consolidado ANO: 2023				
Município da Lousã				
Rubricas	31/12/2023	31/12/2022	Variação 2023/2022	
			Valor	%
PATRIMÓNIO LÍQUIDO				
Capital Próprio				
Património /Capital	48 390 946,21	48 390 681,86	264,35	0,00%
Resultados Transitados	-2 305 673,23	-1 278 312,23	-1 027 361,00	80,37%
Ajustamentos em Ativos Financeiros	64 081,71	-33 798,68	97 880,39	-289,60%
Outras Variações no Capital Próprio	15 783 159,15	14 889 543,92	893 615,23	6,00%
Resultado Liquído do Exercício	-1 365 611,71	-1 195 852,32	-169 759,39	14,20%
Total do Património Líquido	60 566 902,13	60 772 262,55	-205 360,42	-0,34%

QUADRO 5 - ESTRUTURA DO BALANÇO CONSOLIDADO NO ANO DE 2023 – PATRIMÓNIO LÍQUIDO

O Património Líquido consiste principalmente no património/capital, no valor de 48.390.946,21€, seguido das outras variações no património líquido que contempla as transferências e subsídios recebidos para a aquisição de ativos depreciáveis (sem condições ao abrigo do que dispõe a NCP 14 do SNC-AP), ou com condições que depois de cumpridas deixam de ser contabilizadas no Passivo e passaram a ser contabilizadas no Património Líquido. Mais é de referir que nos ajustamentos em ativos financeiros e no resultado líquido do exercício, constam os ajustamentos efetuados à participação do Município da Lousã nos capitais próprios da entidade APIN - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, EIM. SA.

O valor total do Património Líquido Consolidado registou um decréscimo de 0,34%, traduzindo-se numa redução do seu valor em 205.360,42€.

No caso do Resultado Líquido Consolidado o valor, no ano de 2023, foi de – 1.365.611,71€, o que significou um agravamento de 14,20%, face ao ano anterior.

No Balanço Consolidado, o Passivo apresenta a seguinte evolução:

Balanço Consolidado

ANO: 2023

Município da Lousã

Rubricas	31/12/2023	31/12/2022	Variação 2023/2022	
			Valor	%
PASSIVO				
Passivo Não Corrente				
Provisões	385 846,53	632 258,27	-246 411,74	-38,97%
Financiamentos Obtidos	2 496 942,32	1 884 907,45	612 034,87	32,47%
Outras Contas a Pagar	346 240,94	344 747,25	1 493,69	0,43%
	3 229 029,79	2 861 912,97	367 116,82	12,83%
Passivo Corrente				
Credores por Transferências e subsídios não Reembolsáveis Concedidos	38 274,87	4 810,00	33 464,87	695,74%
Fornecedores	605 019,74	402 731,49	202 288,25	50,23%
Adiantamentos de Clientes, Contribuintes e Utentes	0,00	0,00	0,00	-
Estado e Outros Entes Públicos	145 806,79	127 729,07	18 077,72	14,15%
Financiamentos Obtidos	361 911,39	521 604,75	-159 693,36	-30,62%
Fornecedores de Investimentos	95 590,99	11 109,16	84 481,83	760,47%
Outras Contas a Pagar	941 026,75	763 239,88	177 786,87	23,29%
Diferimentos	792 670,21	337 542,13	455 128,08	134,84%
	2 980 300,74	2 168 766,48	811 534,26	37,42%
Total do Passivo	6 209 330,53	5 030 679,45	1 178 651,08	23,43%

QUADRO 6 - ESTRUTURA DO BALANÇO CONSOLIDADO NO ANO DE 2023 – PASSIVO

Comparando o exercício de 2022 com o exercício de 2023, registou-se um aumento de 23,43% no total do Passivo, representando um acréscimo de 1.178.651,08€.

O Passivo Não Corrente registou um acréscimo de 12,83%, justificado pelo aumento dos Financiamentos Obtidos (612.034,87€). Face ao Passivo Corrente as rubricas que mais impacto tiveram para o seu crescimento foram, nomeadamente, os Diferimentos (455.128,08€), os Fornecedores (202.288,25€) e as Outras Contas a Pagar (177.786,87€).

Na estrutura do Passivo, verifica-se que o Passivo Não Corrente tem um peso de 52,00% e o Passivo Corrente de 48,00%.

3.2. ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

A Demonstração de Resultados Consolidada possibilita complementar o Balanço Consolidado indicando a natureza dos diversos gastos e perdas e rendimentos e ganhos.

A evolução dos Rendimentos e Gastos, no período de 2022 e 2023, foi a seguinte:

Demonstração de Resultados Consolidadas ANO: 2023 Município da Lousã				
RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS		Variação 2023/2022	
	31/12/2023	31/12/2022	Valor	%
Impostos, contribuições e taxas	4 240 937,91	4 332 321,24	-91 383,33	-2,11%
Vendas	3 828,04	246,12	3 581,92	1455,36%
Prestações de serviços e concessões	628 823,33	419 413,94	209 409,39	49,93%
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	-262 399,61	-168 491,32	-93 908,29	55,73%
Transferências e subsídios correntes obtidos	9 046 450,35	7 963 381,42	1 083 068,93	13,60%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-244 591,34	-256 120,85	11 529,51	-4,50%
Fornecimentos e serviços externos	-5 049 900,09	-4 434 506,40	-615 393,69	13,88%
Gastos com pessoal	-6 266 604,76	-5 266 930,36	-999 674,40	18,98%
Transferências e subsídios concedidos	-2 647 719,51	-2 643 780,04	-3 939,47	0,15%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	2 652,37	4 420,52	-1 768,15	-40,00%
Provisões (aumentos/reduções)	246 411,74	-567 784,43	814 196,17	-
Outros rendimentos	2 078 188,13	2 497 118,58	-418 930,45	-16,78%
Outros gastos	-418 140,72	-349 304,11	-68 836,61	19,71%
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	1 357 935,84	1 529 984,31	-172 048,47	-11,25%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-2 688 691,69	-2 714 587,98	25 896,29	-0,95%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	-1 330 755,85	-1 184 603,67	-146 152,18	12,34%
Juros e rendimentos similares obtidos	32,17	3 575,92	-3 543,75	-99,10%
Juros e gastos similares suportados	-34 888,03	-14 824,57	-20 063,46	135,34%
Resultado antes de impostos	-1 365 611,71	-1 195 852,32	-169 759,39	14,20%
Imposto sobre o rendimento	0,00	0,00	0,00	-
Resultado líquido do exercício	-1 365 611,71	-1 195 852,32	-169 759,39	14,20%
Detentores do capital da entidade-mãe	0,00	0,00	-	-
Interesses que não controlam	0,00	0,00	-	-
	-1 365 611,71	**-1 195 852,32**	**-169 759,39**	**14,20%**

QUADRO 7 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA NO ANO DE 2023

A demonstração de resultados coloca em evidência os resultados alcançados através do confronto dos rendimentos e ganhos e dos gastos e perdas ocorridos ao longo do ano de 2023.

Comparando o exercício de 2022 com o exercício de 2023, verifica-se que os resultados antes de depreciações e gastos de financiamento registaram uma redução de 172.048,47€, os resultados operacionais registaram uma diminuição de 146.152,18€ e, no resultado líquido do exercício houve uma depreciação de 14,20%, traduzindo-se num aumento de 169.759,39€, de um exercício para o outro.

Na Demonstração de Resultados Consolidada através da Conta - Gastos Imputados de Entidades Controladas, Associadas e Empreendimentos Conjuntos está refletido o impacto proveniente do ajustamento efetuado à participação do Município da Lousã por conta do Resultado Líquido do Exercício da APIN - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, EIM. SA.

Em relação aos Impostos, Contribuições e Taxas verificou-se um decréscimo de 2,11%, face ao ano anterior. Nas Prestações de Serviços e Concessões houve um aumento de 209.409,39€, de 2022 para 2023.

As Transferências e Subsídios Obtidos também registaram um incremento de 13,60%, tendo havido um aumento de 1.083.068,93€.

Os Outros Rendimentos, de 2022 para 2023, diminuíram cerca de 16,78%.

Face aos Gastos e Perdas a evolução nestes dois exercícios foi a seguinte: as Transferências e Subsídios Concedidos registaram um aumento de 3.939,47€, de 2022 para 2023, nos Fornecimentos e Serviços Externos houve um acréscimo de 13,88%, no valor de 615.393,69€. Já nos Gastos com o Pessoal o acréscimo foi de 999.674,40€, representando um aumento de 18,98%. No caso das Provisões face ao exercício anterior, registou-se uma diminuição de 562.540,87€.

No processo de consolidação, há a registar o acréscimo da rubrica 68 - Outros Gastos, devido ao impacto do movimento na conta 6852 – Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial efetuado no exercício de 2023, no valor de 266.371,71€. De um exercício para o outro, verificou-se um acréscimo de 97.880,39€, na Conta 6852 – Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.

4. ANEXOS

ANEXO I - BALANÇO CONSOLIDADO

ANEXO II - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

ANEXO III - DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DE PATRIMÓNIO LÍQUIDO CONSOLIDADA

ANEXO IV – DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADA

ANEXO V - ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

ANEXO I

Balanço Consolidado

Balanço Consolidado — **ANO: 2023**

Município da Lousã

Rubricas	Notas	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Ativo Não Corrente			
Ativos Fixos Tangíveis	2/5	59 257 570,57	58 384 463,68
Propriedade de Investimentos	2/8	282 490,87	87 964,46
Ativos Intangíveis	2/3	9 975,54	14 471,80
Ativos Biológicos			
Participações Financeiras	2/18	1 002 180,46	1 002 180,46
Acionistas /Sócios		0,00	0,00
Diferimentos		11 970,23	26 830,48
Outros Ativos Financeiros		0,00	0,00
Ativos Por Impostos Diferidos		0,00	0,00
Clientes, Contribuintes e Utentes		0,00	0,00
Outras Contas a Receber		0,00	0,00
		60 564 187,67	59 515 910,88
Ativo Corrente			
Inventários	2/10	161 180,90	146 810,63
Ativos Biológicos		0,00	0,00
Devedores por Transferências e Subsídios não Reembolsáveis		78 095,00	0,00
Devedores por Transferências e Subsídios Reembolsáveis		0,00	0,00
Clientes, Contribuintes e Utentes	9	51 758,22	57 067,86
Estado e Outros Entes Públicos		11 528,38	3 765,02
Acionistas /Sócios/ Associados		0,00	0,00
Outras Contas a Receber		4 447 289,34	4 082 786,86
Diferimentos		47 969,75	20 475,77
Ativos Financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros Ativos Financeiros		0,00	0,00
Ativos Não Correntes Detidos Para Venda		0,00	0,00
Caixa/Depósitos Bancários	1.3	1 414 223,40	1 976 124,98
		6 212 044,99	6 287 031,12
Total do Ativo		**66 776 232,66**	**65 802 942,00**
PATRIMÓNIO LIQUIDO			
Capital Próprio			
Património /Capital		48 390 946,21	48 390 681,86
Ações (Quotas) Próprias		0,00	0,00
Outros Instrumentos de Capital Próprio		0,00	0,00
Prémios de Emissão		0,00	0,00
Reservas Legais		0,00	0,00
Resultados Transitados		-2 305 673,23	-1 278 312,23
Ajustamentos em Ativos Financeiros		64 081,71	-33 798,68
Excedentes de Revalorização			
Outras Variações no Capital Próprio	2	15 783 159,15	14 889 543,92
Resultado Liquido do Exercício		-1 365 611,71	-1 195 852,32
Dividendos Antecipados		0,00	0,00
Interesses que não controlam		0,00	0,00
Total do Património Líquido		60 566 902,13	60 772 262,55
PASSIVO			
Passivo Não Corrente			
Provisões	15	385 846,53	632 258,27
Financiamentos Obtidos	2/6/7	2 496 942,32	1 884 907,45
Responsabilidade por Benefícios Pós - Emprego		0,00	0,00
Passivos por Impostos Diferidos		0,00	0,00
Outras Contas a Pagar		346 240,94	344 747,25
		3 229 029,79	2 861 912,97
Passivo Corrente			
Credores por Transferências e subsídios não Reembolsáveis Concedidos		38 274,87	4 810,00
Fornecedores		605 019,74	402 731,49
Adiantamentos de Clientes, Contribuintes e Utentes		0,00	0,00
Estado e Outros Entes Públicos		145 806,79	127 729,07
Acionistas/Sócios/ Associados		0,00	0,00
Financiamentos Obtidos	2/6/7	361 911,39	521 604,75
Fornecedores de Investimentos		95 590,99	11 109,16
Outras Contas a Pagar		941 026,75	763 239,88
Diferimentos	2	792 670,21	337 542,13
Passivos Financeiros Detidos para Negociação		0,00	0,00
Outros Passivos Financeiros		0,00	0,00
		2 980 300,74	2 168 766,48
Total do Passivo		6 209 330,53	5 030 679,45
Total do Património Líquido e Passivo		**66 776 232,66**	**65 802 942,00**

ANEXO II

Demonstração de Resultados por Natureza Consolidada

Demonstração de Resultados Consolidadas

ANO: 2023

Município da Lousã

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		31/12/2023	31/12/2022
Impostos, contribuições e taxas	13/14	4 240 937,91	4 332 321,24
Vendas	13	3 828,04	246,12
Prestações de serviços e concessões	13	628 823,33	419 413,94
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		-262 399,61	-168 491,32
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	9 046 450,35	7 963 381,42
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-244 591,34	-256 120,85
Fornecimentos e serviços externos		-5 049 900,09	-4 434 506,40
Gastos com pessoal		-6 266 604,76	-5 266 930,36
Transferências e subsídios concedidos		-2 647 719,51	-2 643 780,04
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	6/7	2 652,37	4 420,52
Provisões (aumentos/reduções)	15	246 411,74	-567 784,43
Outros rendimentos	13	2 078 188,13	2 497 118,58
Outros gastos		-418 140,72	-349 304,11
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		1 357 935,84	1 529 984,31
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-2 688 691,69	-2 714 587,98
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		-1 330 755,85	-1 184 603,67
Juros e rendimentos similares obtidos		32,17	3 575,92
Juros e gastos similares suportados	7	-34 888,03	-14 824,57
Resultado antes de impostos		-1 365 611,71	-1 195 852,32
Imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Resultado líquido do exercício		-1 365 611,71	-1 195 852,32
Detentores do capital da entidade-mãe			
Interesses que não controlam			
		-1 365 611,71	**-1 195 852,32**

ANEXO III

Demonstração das Alterações no Património Líquido Consolidada

Demonstração de Alterações de Património Líquido Consolidada

ANO: 2023

Município da Lousã

Descrição	Notas	Capital/ Património Subscrito	Ações (Quotas) Próprias	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Prémios de Emissão	Reservas Legais	Resultados Transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras Variações Património Líquido do Período	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do Património Líquido
Posição no início do período	(1)	48 390 681,86 €	- €	- €	- €	- €	- 1 278 312,23 €	-33 798,68 €	- €	14 889 543,92 €	- 1 195 852,32 €	**60 772 262,55 €**	- €	**60 772 262,55 €**
Alterações no período														
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Alterações de políticas contabilísticas		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Realização do excedente de revalorização		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Excedentes de revalorização e respetivas variações		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Transferências e subsídios de capital		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	705 591,33 €	0,00 €	705 591,33 €	0,00 €	705 591,33 €
Correção de erros materiais		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-1 027 361,00 €	97 880,39 €	0,00 €	188 023,90 €	1 195 852,32 €	454 395,61 €	0,00 €	454 395,61 €
	(2)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-1 027 361,00 €	97 880,39 €	0,00 €	893 615,23 €	1 195 852,32 €	1 159 986,94 €	0,00 €	1 159 986,94 €
Resultado Líquido do Período	**(3)**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**-1 365 611,71 €**	**-1 365 611,71 €**	**0,00 €**	**-1 365 611,71 €**
Resultado Integral	(4)=(2)+(3)										-169 759,39 €	**-205 624,77 €**	0,00 €	**-205 624,77 €**
		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Operações com detentores de capital no período		**- €**	**- €**	**- €**	**- €**	**- €**	**- €**	**- €**	**- €**	**- €**	**- €**	**- €**	**- €**	**- €**
Realizações de capital/património		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Entradas para cobertura de perdas		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outras operações		264,35 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	264,35 €	- €	264,35 €
Subscrições de prémios de emissão		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	(5)	264,35 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	264,35 €	- €	264,35 €
Posição fim período	**(6)=(1)+(2)+(3)+(5)**	**48 390 946,21 €**	**- €**	**- €**	**- €**	**- €**	**- 2 305 673,23 €**	**64 081,71 €**	**- €**	**15 783 159,15 €**	**- 1 365 611,71 €**	**60 566 902,13 €**	**- €**	**60 566 902,13 €**

ANEXO IV

Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidada

Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidada

ANO: 2023

Municipio da Lousã

Rubricas	Notas	Período	
		31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Recebimentos de clientes		637 714,29 €	434 467,58 €
Recebimentos de contribuintes		3 802 325,87 €	4 213 485,75 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		8 850 890,06 €	8 204 022,45 €
Recebimentos de utentes		- €	15 975,02 €
Pagamentos a fornecedores		- 5 087 131,08 €	- 4 792 387,23 €
Pagamentos ao pessoal		- 4 163 835,53 €	- 3 466 806,65 €
Pagamentos a contribuintes / Utentes		- €	- €
Pagamentos de transferências e subsídios		- 2 556 205,71 €	- 2 386 813,16 €
Pagamentos de prestações sociais		- €	- €
Caixa Gerada pelas Operações		1 483 757,90 €	2 221 943,76 €
Recebimento do imposto sobre o rendimento		- €	- €
Pagamento do imposto sobre o rendimento		- €	- €
Outros recebimentos		467 591,00 €	330 951,67 €
Outros pagamentos		- 5 587 111,65 €	- 3 965 771,50 €
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (a)		**- 3 635 762,75 €**	**- 1 412 876,07 €**
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Pagamentos Respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		- 426 504,59 €	- 382 902,72 €
Ativos intangíveis		- 1 423,11 €	- €
Propriedades de investimento		- €	- €
Investimentos financeiros		- €	- €
Outros ativos		- €	- €
Recebimentos Provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		15 104,00 €	51 200,00 €
Ativos intangíveis		- €	- €
Propriedades de investimento		930 643,59 €	884 337,11 €
Investimentos financeiros		- €	- €
Outros ativos		- €	- €
Subsídios ao investimento		1 061 897,33 €	601 269,36 €
Transferências de capital		949 480,50 €	560 704,00 €
Juros e rendimentos similares		32,17 €	39,57 €
Dividendos		35 787,77 €	8 112,15 €
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (b)		**2 565 017,66 €**	**1 722 759,47 €**
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Recebimentos Provenientes de:			
Financiamentos obtidos		969 074,81 €	502 889,18 €
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		- €	- €
Cobertura de prejuízos		- €	- €
Doações		- €	- €
Outras operações de financiamento		- €	- €
Pagamentos Respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		- 438 514,84 €	- 415 913,61 €
Juros e gastos similares		- 21 716,46 €	- 7 380,73 €
Dividendos		- €	- €
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		- €	- €
Outras operações de financiamento		- €	- €
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (c)		**508 843,51 €**	**79 594,84 €**
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		**- 561 901,58 €**	**389 478,24 €**
Efeito das diferenças de câmbio		- €	- €
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 976 124,98 €	1 586 646,74 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1 414 223,40 €	1 976 124,98 €

Conciliação Entre Caixa e Seus Equivalentes e Saldo de Gerência			
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 976 124,98 €	1 586 646,74 €
- Equivalentes a caixa no início do período		- 348 006,83 €	- 366 922,74 €
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		348 006,83 €	366 922,74 €
- Variações cambiais de caixa no início do período		- €	- €
= Saldo da gerência Anterior		**1 976 124,98 €**	**1 586 646,74 €**
De operações Orçamentais		1 628 118,15 €	1 218 890,51 €
De operações de Tesouraria		348 006,83 €	367 756,23 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período		**1 414 223,40 €**	**1 976 124,98 €**
- Equivalentes a caixa no fim do período		- 349 511,72 €	- 348 006,83 €
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		349 511,72 €	348 006,83 €
- Variações cambiais de caixa no fim do período		- €	- €
= Saldo da gerência Seguinte		**1 414 223,40 €**	**1 976 124,98 €**
De execução orçamental		1 064 711,68 €	1 628 118,15 €
De operações de tesouraria		349 511,72 €	348 006,83 €

ANEXO V

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

DIVULGAÇÕES TRANSITÓRIAS DE POCAL PARA SNC-AP

O exercício económico de 2020, foi um ano de extrema importância e foi um ano de viragem, na medida em que, foi marcado pela implementação do Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública (SNC-AP), de modo a que, este fosse consistente com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), e com as normas Internacionais de Contabilidade Pública (IPSAS), para que, as administrações públicas pudessem adotar um sistema orçamental e financeiro mais eficiente e convergente com os sistemas que atualmente vêm sendo adotados a nível internacional.

No exercício de 2023 a Demonstração das Alterações no Património Líquido Consolidada apresenta-se da seguinte forma:

Demonstração de Alterações de Património Líquido Consolidada — **ANO: 2023**

Município da Lousã

Descrição	Notas	Capital/ Património Subscrito	Ações (Quotas) Próprias	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Prémios de Emissão	Reservas Legais	Resultados Transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras Variações Património Líquido do Período	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do Património Líquido
Posição no início do período	(1)	48 390 681,86 €	- €	- €	- €	- €	- 1 278 312,23 €	-33 798,68 €	- €	14 889 543,92 €	- 1 195 852,32 €	**60 772 262,55 €**	- €	**60 772 262,55 €**
Alterações no período														
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Alterações de políticas contabilísticas		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Realização do excedente de revalorização		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Excedentes de revalorização e respetivas variações		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Transferências e subsídios de capital		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	705 591,33 €	0,00 €	705 591,33 €	0,00 €	705 591,33 €
Correção de erros materiais		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-1 027 361,00 €	97 880,39 €	0,00 €	188 023,90 €	1 195 852,32 €	454 395,61 €	0,00 €	454 395,61 €
	(2)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-1 027 361,00 €	97 880,39 €	0,00 €	893 615,23 €	1 195 852,32 €	1 159 986,94 €	0,00 €	1 159 986,94 €
Resultado Líquido do Período	**(3)**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**-1 365 611,71 €**	**-1 365 611,71 €**	**0,00 €**	**-1 365 611,71 €**
Resultado Integral	(4)=(2)+(3)										-169 759,39 €	**-205 624,77 €**	0,00 €	**-205 624,77 €**
		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Operações com detentores de capital no período		**- €**	**- €**	**- €**	**- €**	**- €**	**- €**	**- €**	**- €**	**- €**	**- €**	**- €**	**- €**	**- €**
Realizações de capital/património		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Entradas para cobertura de perdas		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outras operações		264,35 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	264,35 €	- €	264,35 €
Subscrições de prémios de emissão		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	(5)	264,35 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	264,35 €	- €	264,35 €
Posição fim período	**(6)=(1)+(2)+(3)+(5)**	**48 390 946,21 €**	**- €**	**- €**	**- €**	**- €**	**- 2 305 673,23 €**	**64 081,71 €**	**- €**	**15 783 159,15 €**	**- 1 365 611,71 €**	**60 566 902,13 €**	**- €**	**60 566 902,13 €**

Nas Outras Alterações reconhecidas no Património Líquido há a salientar o facto de que no âmbito da Estratégia Local de Habitação da Lousã e por forma a formalizar a candidatura e a operacionalizar o proposto, houve a necessidade de a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia da Lousã de doar os prédios inseridos no Bairro Nossa Senhora da Encarnação à Câmara Municipal da Lousã, tendo sido doados os artigos: 4582; 4583; 4584; 4585; 5027 e 5478, tendo no conjunto um valor patrimonial atual de 187.023,90€.

Nesta rubrica ainda foi considerada uma doação de equipamentos de proteção individual, no valor de 1.000,00€.

No caso das Transferências e Subsídios de Capital o saldo a registar na Demonstração das Alterações do Património Líquido é de 705.591,33€, justificados pelos valores que estavam registados na conta 282 – Rendimentos a Reconhecer que aguardavam que as obras ficassem concluídas para serem transferidos para a conta 593 – Transferências e Subsídios de Capital, e o valor que é retirado da conta 593 para ser imputado na conta 788 – Imputação de Subsídios e Transferências para o Investimento.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO ANO DE 2023

1 – Identificação das Entidades do Perímetro de Consolidação, Período de Relato, Referencial Contabilístico

1.1 – Identificação das Entidades de Consolidação

DENOMINAÇÃO	SEDE	% CAPITAL DETIDO	TIPO DE ENTIDADE	FUNDAMENTAÇÃO DA INCLUSÃO
MUNICÍPIO DA LOUSÃ	Rua Dr. João Santos - Lousa	-	Entidade -mãe	-
APIN - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, EIM. SA	Zona Industrial de Penela, Lote 15 – 3230-347 Penela	18,39%	Empresa Local	nº 6- do artigo 75.º da Lei 73/ 2013 de 3 de setembro

1.2 – Período de Relato

As demonstrações financeiras têm como período de relato o período de 01.01.2023 a 31.12.2023.

1.3 – Referencial Contabilístico

No exercício de 2023, as demonstrações financeiras do Município da Lousã foram preparadas tendo por base os registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Publicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, tendo sido aplicadas subsidiariamente, de acordo com o artigo 13º, pela ordem seguinte, as Normas Internacionais de Contabilidade Publica em vigor, o SNC, as Normas Internacionais de Contabilidade adotadas na União Europeia e as Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo International Public Sector Accounting Standards Board.

Face às **Derrogações das disposições do SNC-AP**, no decorrer do exercício, não existiram casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP, que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

Analisando a desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes, verificamos que:

Conta	Euros	
	Ano 2023	Ano 2022
Caixa	1 786,28 €	1 548,85 €
Depósitos à Ordem	1 062 925,40 €	1 626 569,30 €
Depósitos Bancários à Ordem	1 062 925,40 €	1 626 569,30 €
Depósitos a Prazo	- €	- €
Depósitos Consignados	- €	- €
Depósitos de Garantias e Cauções	349 511,72 €	348 006,83 €
Total de Caixa e Depósitos	1 414 223,40 €	1 976 124,98 €

QUADRO 1 – DESAGREGAÇÃO DA CAIXA E DEPÓSITOS

Findo o exercício de 2023, os valores da execução orçamental e de operações de tesouraria, foram os seguintes:

Designação	31 de dezembro 2023
- Execução Orçamental	1 064 711,68 €
- Operações de Tesouraria	349 511,72 €
Saldo da Gerência Seguinte	1 414 223,40 €

2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com a NCP 1 – Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras, e são expressas em Euros, já que, esta é a moeda funcional.

Tais documentos foram preparados no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos do Município de acordo com o normativo contabilístico SNC-AP. Sendo que, estas apresentam de forma apropriada a posição financeira o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Município.

As Demonstrações Financeiras foram realizadas numa política de continuidade, de maneira a que, com a informação disponível e tendo a expectativa futura na qual o Município continuará a operar, assumindo que não há intenção e necessidade, de liquidar ou de reduzir o nível das suas operações.

. Ativos Fixos Tangíveis e Propriedade de Investimento

No caso dos Ativos Fixos Tangíveis e Propriedades de Investimento, estes foram mensurados pelo seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, deduzindo as depreciações acumuladas.

Em relação às depreciações, estas são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método de linha reta ou das quotas constantes em sistema de duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, adotando-se o Classificador Complementar 2 (CC2).

Quando existem Ativos Fixos Tangíveis em Curso, os mesmos representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento-utilização. Os mesmos passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

O desreconhecimento dos Ativos Fixos Tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração de resultados nas rubricas “Outros Rendimentos e Ganhos” ou “Outros Gastos e Perdas”.

Face às Propriedades de Investimentos o Município contabiliza nesta categoria os terrenos e edifícios (ou parte deles), detidos para a obtenção de rendas ou valorização de capital, sempre que tais ativos, não se integrem nas atividades atribuídas ao Município.

As Propriedades de Investimento do Município encontram-se reconhecidas e mensuradas pelo modelo de custo, ou seja, o custo menos as depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações das Propriedades de Investimento são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, ou das quotas constantes em sistema de duodécimos, em conformidade com as estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Para este efeito são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador Complementar 2 – cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo.

. Ativos Intangíveis

Os Ativos Intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados pelo seu custo de aquisição, menos amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas. Nesta classe registam-se, essencialmente, as licenças de software, os programas de computador e as marcas e patentes.

Um Ativo Intangível apenas é reconhecido quando for provável que dele advenham benefícios económicos futuros, ou potencial de serviço esperado e se o custo ou justo valor do ativo possa ser mensurado com fiabilidade.

A quantia amortizável de um Ativo Intangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. A amortização, é calculada numa base duodecimal, que começa quando o ativo está disponível para uso, isto é, quando se encontra na localização e condição necessárias para operar da forma pretendida pelo órgão de gestão.

Também para os Ativos Intangíveis, são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador Complementar 2 – cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que, não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do

ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil.

O método de amortização deve refletir o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço sejam consumidos pela entidade. O método de amortização utilizado no período de relato é o método da linha reta ou quotas constantes.

. Participações Financeiras

No caso das Participações Financeiras estão mensuradas pelo seu custo de aquisição. No entanto, a participação do município na APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, EIM, SA, é mensurada ao *Método de Equivalência Patrimonial*.

O Município da Lousã apresenta demonstrações consolidadas decorrente da obrigatoriedade estabelecida no nº 6 do artigo 75º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, o qual estipula que "devem (…) ser consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais (…) que integrem o setor empresarial local (…) independentemente da percentagem de participação ou detenção do município …".

O artigo 75º da Lei nº73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, define quais são as entidades que fazem parte do perímetro de consolidação. No caso do Município da Lousã, e uma vez que não detém o controlo, de forma direta ou indireta de qualquer entidade, apenas é aplicável o nº 6 do artigo anteriormente referido, que estabelece que "devem ainda ser consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que, de acordo com o artigo 7.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, integrem o setor empresarial local e os serviços intermunicipalizados, independentemente da percentagem de participação ou detenção do município, das entidades intermunicipais ou entidade associativa municipal".

Assim, é de concluir que das entidades que compõem o grupo autárquico do Município da Lousã, para além do próprio Município (enquanto entidade mãe ou entidade consolidante), apenas as entidades designadas de "Empresas Locais", em consonância com o disposto no artigo 19º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, alterada pelas Leis nºs 53/2014, de 25 de agosto, 69/2015, de 16 de julho,

7-A/2016, de 30 de março, 42/2016, de 28 de dezembro, 71/2018, de 31 de dezembro e 2/2020, de 31 de março, integram o perímetro de consolidação, que de acordo com o exposto será a APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, EIM, SA.

Relativamente à consolidação de natureza financeira, o SNC-AP prevê vários métodos de consolidação, considerando o tipo de controlo que a entidade consolidante exerce sobre a entidades que integram o perímetro de consolidação, a saber:

Controlo	Tipo de Participação	NCP aplicável	Método
Controlo (exclusivo)	Entidades controladas	NCP 22	Método de Consolidação Integral
Influência Significativa	Associada	NCP 23	Método de Equivalência Patrimonial
Controlo Conjunto	Empreendimento Conjunto	NCP 24	Método de Equivalência Patrimonial
Sem influência significativa	Outras entidades	NCP 18	Método do Custo ou Método do Justo valor

Para efeitos de consolidação de contas do Município da Lousã com a entidade APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, EIM, SA, será utilizado o método de equivalência patrimonial. Com este método (também designado como método simplificado de consolidação) o investimento que é inicialmente reconhecido pelo custo, é ajustado posteriormente em função da evolução pós-aquisição do valor contabilístico da parte de capital detida, pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da entidade incluída no perímetro de consolidação.

Da análise às demonstrações financeiras da APIN é necessário efetuar-se um ajustamento ao balanço, na medida em que, as contas da APIN foram elaboradas tendo por base o Sistema de Normalização Contabilística.

O Sistema de Normalização Contabilística em relação ao recebimento de transferências nada menciona sobre o cumprimento de condições, sendo que, o valor recebido enquanto não for imputado à conta 7 - Rendimentos fica refletido na conta 59 – Outras Variações no Capital Próprio. No entanto, o Sistema de Normalização Contabilística - Administração Pública (SNC-AP) indica que enquanto o investimento não estiver em condições de uso, o valor deve ser mantido na conta 2822 – Transferências e Subsídios de Capital Obtidos com Condições e, só depois de as condições estarem

cumpridas é que se deve transferir a verba da 2822 para a conta 5931, para que, depois seja imputada aos Rendimentos de uma forma sistemática.

Assim, para seguir o mesmo pressuposto contabilístico e como há obras para as quais a APIN recebeu as transferências e ainda não estão concluídas, há a necessidade de se efetuar um lançamento de Ajustamento antes da consolidação.

Atendendo a esta questão há que se considerar o seguinte lançamento:

2822 - Rendimentos a Reconhecer - Transferências e Subsídios Capital Obtidas com Condições	
	15 310 161,71

5931 - Transferências e Subsídios para aquisição de ativos depreciáveis/amortizáveis	
15 310 161,71	

Após o lançamento de ajustamento antes de consolidação obtemos os seguintes valores:

Capital Próprio da APIN				
Rubricas	Balanço 31/12/2023	Rubricas a considerar	Observações	Proporcional da participação (18,39%)
Capital realizado	1 100 000,00	1 100 000,00		202 290,00
Ações próprias	0,00	0,00		0,00
Outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00		0,00
Prémios de Emissão	0,00	0,00		0,00
Reservas legais	10 863,28	10 863,28		1 997,76
Outras Reservas	0,00	0,00		0,00
Resultados Transitados	1 416 223,38	1 416 223,38		260 443,48
Ajustamentos em Ativos Financeiros	0,00	0,00		0,00
Excedentes de Revalorização	0,00	0,00		0,00
Outras Variações no Capital Próprio	16 774 836,77	1 464 675,06		269 353,74
Resultado Liquido do Período	-2 543 302,19	-2 543 302,19		-467 713,27
	16 758 621,24	1 448 459,53		

Assim, estes valores correspondem aos valores constantes no balanço da participada ajustados à participação de 18,39% que o Município da Lousã detém.

Outro movimento a ser efetuado é o que diz respeito ao Resultado Líquido do Exercício de 2023, no qual tem implicação na conta 412 – Investimentos Financeiros, em contrapartida da conta 6852 – Gastos em Entidades Controladas, Associadas e Empreendimentos Conjuntos – Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, pelo valor do Resultado Líquido do exercício de 2023.

Da análise ao valor, de acordo com a percentagem detida, este valor seria de -467.713,27€. No entanto, o movimento só poderá ser feito pela diferença que está refletida na conta 412 – Investimentos Financeiros correspondente à valorização da entidade APIN em contrapartida da conta 6852 – Gastos em Entidades Controladas, Associadas e Empreendimentos Conjuntos – Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, isto é, -266.371,71€.

Contudo, de acordo com a Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, o "Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais", o valor da participada apesar deste movimento fica sempre assegurada por força do seu artigo 40º, na medida em que, de acordo com o n.º 1: "as empresas locais devem apresentar resultados anuais equilibrados", o seu n.º 2: "sem prejuízo do disposto no n.º 5, no caso de o resultado líquido antes de impostos se apresentar negativo, é obrigatória a realização de uma transferência financeira a cargo dos sócios, na proporção da respetiva participação social, com vista a equilibrar os resultados do exercício em causa" e, o n.º 3: "os sócios de direito público preveem nos seus orçamentos anuais o montante previsional necessário à cobertura dos resultados líquidos antes de impostos, na proporção da respetiva participação social".

Desta forma, por força da lei, os municípios têm de realizar uma transferência financeira, na proporção da respetiva participação social, com vista a equilibrar os resultados do exercício em causa, sendo que, no exercício seguinte na classe 5 - Capital Próprio da entidade estará refletido o valor da transferência efetuada tendo implicação na nossa 412 – Investimentos Financeiros através da consolidação de contas.

No mês de abril de 2024, o Município da Lousã efetuou a transferência financeira devida pelos sócios, na proporção da respetiva participação social, com vista a equilibrar os resultados do exercício antes de impostos de 2023, no valor de 585.996,43€.

. Financiamentos Obtidos

Os Financiamentos Obtidos são registados no passivo pelo custo. Os financiamentos são classificados como passivo corrente, no valor que se vence até 12 meses, e em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além dos 12 meses.

Alguns dos juros de empréstimo de Médio e Longo Prazo para Investimentos, foram capitalizados uma vez que se tratou de empréstimo para financiar a aquisição, construção ou produção de ativos, nomeadamente, a Requalificação do Cine – Teatro da Lousã e cujo investimento ainda está em curso.

No exercício de 2023, o valor de juros capitalizados foi de 59.854,22€.

. Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição.

O sistema de inventário adotado é o Sistema Permanente e as saídas mensuradas ao Custo Médio Ponderado.

. Transferências e Subsídios

As transferências/subsídios obtidos são reconhecidos quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que o Município cumprirá as condições exigidas para a sua obtenção.

As transferências/subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos no Passivo como diferimentos, sendo posteriormente transferidos para Património Liquido, passando a ser reconhecidos na demonstração dos resultados (rubrica "Imputação de subsídios e transferências para investimentos") numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários ao balanceamento com os gastos relacionados, ou seja, na proporção dos respetivos gastos de depreciação e de amortização durante a vida útil dos ativos.

Durante o exercício de 2023, os subsídios e transferências que estavam contabilizados na conta 2822 - Transferências e subsídios de capital obtidos com condições, cujas obras foram dadas como

concluídas, as respetivas verbas foram transferidas para a conta 5931 - Transferências e subsídios para aquisição de ativos depreciáveis, visto que, estão em condições de ser reconhecidos na demonstração dos resultados (rubrica "Imputação de subsídios e transferências para investimentos") numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários à proporcionalidade dos gastos relacionados, ou seja, na proporção dos respetivos gastos de depreciação e de amortização durante a vida útil dos ativos.

Com o SNC-AP, o Fundo de Equilíbrio Financeiro componente Capital e a verba recebida por conta do Artigo 35º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013, passaram a ser classificados como Outras Transferências e Subsídios de Capital, na conta 5939.

Sempre que se configurar possível a afetação (imputação) das verbas recebidas por conta do FEF de Capital e do Artigo 35º, n.º 3, a um ou mais ativos depreciáveis ou amortizável, a transação para resultados equipara-se a um subsídio ou transferência consignada, pelo que, numa base sistemática, procede-se à imputação, à medida que, forem contabilizadas as amortizações ou depreciações dos ativos subjacentes na respetiva proporção.

No exercício de 2023 a imputação foi a seguinte:

Câmara Municipal da Lousã

Da Data 01/01/2023 à data 31/12/2023 Ano: 2023

Conta	Designação	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
59391	Administrações Públicas	925 645,46	3 281 392,31	0,00	2 355 746,85
593911	Estado	925 645,46	3 281 392,31	0,00	2 355 746,85
5939111	Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	644 239,61	2 451 356,75	0,00	1 807 117,14
59391110001	FEF Recebido	520 633,00	540 957,59	0,00	20 324,59
59391110002	FEF Imputado	123 606,61	1 910 399,16	0,00	1 786 792,55
59391110002001	Reconstrução do Centro de Acolhimento Animal - 2020	1 626,45	77 934,02	0,00	76 307,57
59391110002002	Upgrade de Unidade de Equipamento Informático - 2020	2 495,67	7 279,04	0,00	4 783,37
59391110002003	Pintura Exterior do Museu Lousã Henriques (GR) - 2020	515,28	17 476,50	0,00	16 961,22
59391110002004	Reparações Rodoviárias vários Arruamentos do Concelh	48 749,10	314 044,58	0,00	265 295,48
59391110002005	Requalificação da Escola Secundária - 2021	0,00	220 215,00	0,00	220 215,00
59391110002006	Construção do Muro em Gabiões - Em 555 - Vale de Ma	6 631,19	69 627,49	0,00	62 996,30
59391110002007	Modernização Praia Fluvial da Sr. Graça - Aqualousã - 2	2 141,23	76 906,00	0,00	74 764,77
59391110002008	Ampliação do Centro de Acolhimento Animal - 2021	1 577,89	75 344,28	0,00	73 766,39
59391110002009	Qualificação do Jardim de Infência do Freixo - 2021	266,61	25 483,22	0,00	25 216,61
59391110002010	Revisão de Preços - Requalificação e Acessibilização da	565,38	10 129,68	0,00	9 564,30
59391110002011	Empreitadas Realizadas pela APIN - 2022	20 491,73	223 701,34	0,00	203 209,61
59391110002012	Trabalhos Praça Luis de Camões e Dr. Henrique Figueir	7 744,10	84 481,06	0,00	76 736,96
59391110002013	Requalificação Av. São Silvestre e P. António de Almeida	12 491,33	136 269,03	0,00	123 777,70
59391110002014	Trabalhos Rua Comércio, R. G Umberto Delgado e Larg	4 883,99	50 874,92	0,00	45 990,93
59391110002015	Execução Obras por Conta de Transferência Competênc	10 197,91	216 500,00	0,00	206 302,09
59391110002016	Recuperação Sistema Solar Produção Água Quente - P	0,00	71 868,00	0,00	71 868,00
59391110002017	Fornecimento Instalação, Configuração e Migração Dad	3 228,75	51 660,00	0,00	48 431,25
59391110002018	Empreitada Sinalização Horizontal e Conservação Pistas	0,00	31 356,05	0,00	31 356,05
59391110002019	Requalificação Camaratas Femininas e Central Comunic	0,00	25 577,80	0,00	25 577,80
59391110002020	Aquisição de Equipamento Básico para o Cine Teatro - 2	0,00	123 671,15	0,00	123 671,15
5939112	Artigo 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013	281 405,85	830 035,56	0,00	548 629,71
59391120001	Artigo 35º Recebido	233 262,00	233 262,00	0,00	0,00
59391120002	Artigo 35º Imputado	48 143,85	596 773,56	0,00	548 629,71
59391120002001	Beneficiação e Ampliação do Pavilhão N.º 2 - 2020	1 966,98	98 185,16	0,00	96 218,18
59391120002002	Reconstrução Conduta Adutora de Água S. Graça - Serp	181,79	8 725,92	0,00	8 544,13
59391120002003	Acessibilidades Rua Morada do Afonso - 2020	611,54	6 675,96	0,00	6 064,42
59391120002004	Trabalhos Acessibilidade Arrumamentos Morada Afonso	1 222,91	13 350,15	0,00	12 127,24
59391120002005	Intervenções no Estacionamento Talasnal e Inter. Colect	781,66	10 009,29	0,00	9 227,63
59391120002006	Diversas Intervenções de Saneamento Foz de Arouce - 2	234,52	9 380,92	0,00	9 146,40
59391120002007	Pavimentação de Arruamentos em Prilhão - 2020	509,62	5 563,29	0,00	5 053,67
59391120002008	Reparação da Estrada Junto à Catraia EN236 - 2020	310,80	3 392,84	0,00	3 082,04
59391120002009	Aquisição Viatura Bombeiros FAC CAC21/28/2021 - Con	23 850,00	69 562,50	0,00	45 712,50
59391120002010	Aquisição Viatura Bombeiros FAC. 30000575/2021 - Cor	5 928,50	17 291,47	0,00	11 362,97
59391120002011	Construção de Ossário no Cemitério da Lousã - 2021	143,10	6 713,77	0,00	6 570,67
59391120002012	Sinalização Vertical e Horizontal em vários arruamentos	5 963,56	61 126,55	0,00	55 162,99
59391120002013	Trabalhos Rua Comércio, R. G Umberto Delgado e Larg	1 349,90	14 061,48	0,00	12 711,58
59391120002014	Fornecimento e Inst. Piso INSTU Parques Infantis e Mini	2 362,15	28 110,47	0,00	25 748,32
59391120002015	Compra Viatura Ligeira de Mercadorias 40-OG-54 - 2022	2 726,82	11 361,79	0,00	8 634,97
59391120002016	Aquisição de Equipamento Básico para o Cine Teatro - 2	0,00	233 262,00	0,00	233 262,00
	Totais Gerais:	**925 645,46**	**3 281 392,31**	**0,00**	**2 355 746,85**

A distribuição dos valores de 2023 no Município da Lousã, foi repartida pelos investimentos nos quais têm no descritivo o ano de 2023, na medida em que, os que contém na descrição ano de 2020, 2021 e 2022 são os ativos que foram imputados ao FEF de Capital e do Artigo 35º, n.º 3, recebido já nos exercícios de 2020 a 2022.

No caso da entidade participada, a totalidade dos subsídios recebidos já com os ajustamentos considerados foi de 16.774.836,77€, sendo que, 1.464.675,05€ desse valor diz respeito a subsídios de bens que já se encontram em estado de uso.

3 - Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até aquela data, deduzido das amortizações.

O Município da Lousã tem em uso 833 bens totalmente amortizados cujas fichas estão disponíveis para consulta no Município, não sendo possível juntar as mesmas devido ao seu elevado número.

Existe 1 bem inventariado e não valorizados (bens valorizados a zero) cuja ficha está disponível para consulta no Município.

No exercício de 2023, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis encontra-se nos seguintes quadros:

Câmara Municipal da Lousã — Anual (período 14) 2023

Ativos intangíveis - variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	1 512 700,83	1 512 700,83	0,00	0,00	1 512 700,83	1 512 700,83	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	664 581,31	653 232,67	0,00	11 348,64	666 004,42	659 152,04	0,00	6 852,38
Propriedade industrial e intelectual	5 508,69	5 385,53	0,00	123,16	5 508,69	5 385,53	0,00	123,16
Outros	94 137,61	91 137,61	0,00	3 000,00	94 137,61	91 137,61	0,00	3 000,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	2 276 928,44	2 262 456,64	0,00	14 471,80	2 278 351,55	2 268 376,01	0,00	9 975,54

QUADRO 3.1 – ATIVOS INTANGÍVEIS – VARIAÇÃO DAS AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADES ACUMULADAS

Câmara Municipal da Lousã — Anual (período 14) 2023

Ativos intangíveis - Quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final
		Adições	Transf. Internas	Revalorizações	Reversões perdas	Perdas por imparidade	Amortiz. período	Diminuições	
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	11 348,64	1 423,11	0,00	0,00	0,00	0,00	-5 919,37	0,00	6 852,38
Propriedade industrial e intelectual	123,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	123,16
Outros	3 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 000,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	14 471,80	1 423,11	0,00	0,00	0,00	0,00	-5 919,37	0,00	9 975,54

QUADRO 3.2 – ATIVOS INTANGÍVEIS – QUANTIA ESCRITURADA E VARIAÇÕES DO PERÍODO

Câmara Municipal da Lousã — Anual (período 14) 2023

Ativos intangíveis - Adições

RUBRICAS	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transfer. ou troca	Doação	Dação em pagamento	Locação fin.	Fusão, cisão, ...	Outras	Total
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	0,00	1 423,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 423,11
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	0,00	1 423,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 423,11

QUADRO 3.2 A) – ATIVOS INTANGÍVEIS – ADIÇÕES

Câmara Municipal da Lousã — Anual (período 14) 2023

Ativos intangíveis - Diminuições

RUBRICAS	Diminuições				
	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

QUADRO 3.2 B) – ATIVOS INTANGÍVEIS – DIMINUIÇÕES

4 – Acordos de Concessão de Serviços: Concedentes

De acordo com a Norma Contabilística Pública4 (NCP), os acordos de concessão de serviços são um acordo vinculativo entre um concedente e um concessionário, em que:

a) "O concessionário usa o ativo da concessão de serviços para prestar um serviço público em nome do concedente por um período de tempo especificado" e;

b) "O concessionário é remunerado pelos seus serviços durante o período de tempo do acordo de concessão de serviços".

Assim, o concedente é a entidade pública que concede ao concessionário o direito de usar o ativo da concessão de serviços. E por sua vez, o concessionário é a entidade que usa o ativo de concessão de serviços para prestar serviços públicos sujeitos ao controlo de ativo pelo concedente.

O ativo de Concessão de serviços é um ativo que é usado para prestar serviços num acordo de concessão de serviços em que é fornecido pelo concessionário e que este já detém, ou constrói, desenvolve ou adquire de um terceiro, e ou, é fornecido pelo concedente e que este já detém ou é uma melhoria de um seu ativo já existente.

No caso do concedente, este deve reconhecer um ativo proporcionado pelo concessionário, e uma melhoria de um ativo existente do concedente, como um ativo de concessão de serviços se: o concedente controlar ou regular quais os serviços que o concessionário tem de prestar com o ativo, a quem tem de os prestar e a que preço e no caso de o concedente controlar, através da propriedade, direito aos beneficiários ou outra forma, qualquer interesse residual no ativo no final do termo do acordo.

Desta forma, o contrato de concessão com a E – Redes, SA. é considerado um acordo de concessão e enquadrável na NPC4, não havendo lugar a qualquer pagamento, mas sim a recebimentos.

Contrato de Concessão	Concessionário	Ativo de Concessão	Período de Concessão	Valor de Contrato	Pagamentos ao Concessionário		
					Anos Anteriores	Ano Corrente	Anos Futuros
Distribuição de energia elétrica em baixa tensão na área do Município da Lousã	E-Redes- Distribuição de Eletricidade, SA (antiga denominação social EDP - Distribuição - Energia SA.)	Via pública na área do Município de Lousã	de 20-07-2001 e em vigor até os acordos estabelecidos vigorarem associados aos atuais contratos s de concessão estiverem em vigor nos termos do artigo 285.º de DL 15/2022, de 14 de janeiro.	Renda de Conceção calculada de acordo com o Anexo II ao DL 230/2008 de 27/11	0,00 €	0,00 €	0,00 €

QUADRO 4 – ACORDOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS: CONCEDENTE

Tratando-se de uma concessão a reconhecer nos termos da NCP 4 é necessário que o concedente detenha informação detalhada e atualizada de cada um dos ativos afetos à concessão e respetivas vidas úteis, que permita o adequado reconhecimento de tais ativos e respetivos subsídios, bem como a sua monitorização no âmbito das normas aplicáveis, visto que, a NCP 4 obriga a que os ativos sejam reclassificados nos ativos em concessão e tudo o que seja acrescentado pela E – Redes, SA., seja acrescentado e registado ao ativo de concessão.

Desta forma, o Município da Lousã consultou a informação facultada pela E – Redes, SA, na área reservada do município, de modo que pudesse reconhecer estes ativos na conta respetiva para os ativos de concessão de serviços e consequentes depreciações e respetivos subsídios. No entanto, a informação disponibilizada pela concessionária encontra-se desatualizada, contemplando até o

exercício de 2022, e até ao encerramento das contas do exercício de 2023, não nos foi possível efetuar a verificação dos bens descritos no mapa da E – Redes, SA., nomeadamente, quantidades e localização dos mesmos, assim como a validação dos valores apresentados.

Perante a situação descrita, o Município da Lousã não tendo a informação suficiente e necessária à inscrição no Sistema de Normalização do Património e no Sistema de Normalização Contabilístico dos referidos bens e para a sua monitorização contabilística, não procedeu ao reconhecimento contabilístico relativamente a estes bens.

Apresentamos alguma da informação que nos foi disponibilizada pela E – Redes, SA., no âmbito do Acordo de Concessão de Serviços que temos:

E-REDES

Concessão de Lousã
Rede de BT e Iluminação Pública em 31-12-2022

Quadro Concessões BT - Amortização dos Imobilizados — Unidade: euros

Rubricas	Amortização dos imobilizados em exploração			Amortização dos subsídios ao investimento			Saldo Final		
	Totalmente amortizado	Em amortização	Valor bruto total	Totalmente amortizado	Em amortização	Subsídios ao investimento total	Valor bruto	Subsídios/ Comparticipações	Valor líquido
Imobilizado Intangível Regulado	5 145 534	4 775 384	9 920 918	2 226 553	1 726 618	3 953 171	9 920 918	3 953 171	5 967 746
Imobilizado Intangível Regulado aceite	4 376 789	4 582 386	8 959 175	2 226 553	1 726 593	3 953 146	8 959 175	3 953 146	5 006 029
Imobilizado Intangível Regulado não aceite	768 745	192 998	961 743	-	26	26	961 743	26	961 717
Específico em BT	5 145 534	4 775 384	9 920 918	2 226 553	1 726 618	3 953 171	9 920 918	3 953 171	5 967 746
Postos Transformação e Seccionamento	1 342 924	2 262 390	3 605 314	262 733	427 150	689 883	3 605 314	689 883	2 915 431
Redes aéreas	2 108 729	663 332	2 772 060	1 728 685	302 869	2 031 553	2 772 060	2 031 553	740 507
Redes subterrâneas	189 476	853 238	1 042 714	90 556	611 117	701 672	1 042 714	701 672	341 041
Chegadas aéreas	251 720	104 704	356 425	95 012	49 501	144 513	356 425	144 513	211 912
Chegadas subterrâneas	56 752	120 031	176 783	42 885	76 614	119 499	176 783	119 499	57 284
Contadores e acessórios:	1 184 863	67 688	1 252 550	-	21	21	1 252 550	21	1 252 529
- Contadores	768 618	18 878	787 497	-	-	-	787 497	-	787 497
- Outro equipamento	416 244	48 809	465 054	-	21	21	465 054	21	465 032
Equipamentos Acessórios e Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Iluminação pública	10 922	529 881	540 803	6 684	259 321	266 005	540 803	266 005	274 798
Eq. Telegestão Energia EDP Box (instalado até 31.12.2017):	149	-	149	-	-	-	149	-	149
- Outras Funcionalidades	22	-	22	-	-	-	22	-	22
- Função Medição	126	-	126	-	-	-	126	-	126
Eq. Telegestão Energia EDP Box (instalado após 01.01.2018)	-	174 120	174 120	-	26	26	174 120	26	174 094
Outro Específico não aceite em BT[1]:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Postos Transformação e Seccionamento (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Redes Aéreas (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Redes Subterrâneas (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Chegadas Aéreas (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Chegadas Subterrâneas (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Outro equipamento de medição (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Equipamentos Acessórios e Outros (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Iluminação pública (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Específico em BT aceite	4 376 789	4 582 386	8 959 175	2 226 553	1 726 593	3 953 146	8 959 175	3 953 146	5 006 029
Total Específico em BT não aceite	768 745	192 998	961 743	-	26	26	961 743	26	961 717
TOTAL Regulado (inclui valor residual das concessões)	5 145 534	4 775 384	9 920 918	2 226 553	1 726 618	3 953 171	9 920 918	3 953 171	5 967 746
TOTAL E-REDES (inclui valor residual das concessões)	5 145 534	4 775 384	9 920 918	2 226 553	1 726 618	3 953 171	9 920 918	3 953 171	5 967 746

1: para além dos equipamentos de medição e das EDP Box instaladas após 01.01.2018

Concessão de Lousã
Rede de BT e Iluminação Pública em 31-12-2022

Quadro Concessões BT - Valor Líquido Contabilístico dos Imobilizados — Unidade: euros

Rubricas	Amortização dos imobilizados em exploração			Amortizações dos subsídios ao investimento			Saldo Final		
	Totalmente amortizado	Em amortização	Valor bruto total	Totalmente amortizado	Em amortização	Subsídios ao investimento total	Valor bruto	Subsídios/ Comparticipações	Valor líquido
Imobilizado Intangível Regulado	-	4 993 178	4 993 178	-	866 834	866 834	4 993 178	866 834	4 126 344
Imobilizado Intangível Regulado aceite	-	4 699 886	4 699 886	-	866 610	866 610	4 699 886	866 610	3 833 276
Imobilizado Intangível Regulado não aceite	-	293 293	293 293	-	224	224	293 293	224	293 069
Específico em BT	-	4 993 178	4 993 178	-	866 834	866 834	4 993 178	866 834	4 126 344
Postos Transformação e Seccionamento	-	2 262 963	2 262 963	-	182 053	182 053	2 262 963	182 053	2 080 909
Redes aéreas	-	865 458	865 458	-	148 296	148 296	865 458	148 296	717 163
Redes subterrâneas	-	464 591	464 591	-	278 011	278 011	464 591	278 011	186 580
Chegadas aéreas	-	79 531	79 531	-	45 293	45 293	79 531	45 293	34 238
Chegadas subterrâneas	-	104 644	104 644	-	79 980	79 980	104 644	79 980	24 664
Contadores e acessórios:	-	39 292	39 292	-	189	189	39 292	189	39 104
- Contadores	-	8 666	8 666	-	-	-	8 666	-	8 666
- Outro equipamento	-	30 626	30 626	-	189	189	30 626	189	30 437
Equipamentos Acessórios e Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Iluminação pública	-	892 073	892 073	-	132 788	132 788	892 073	132 788	759 285
Eq. Telegestão Energia EDP Box (instalado até 31.12.2017):	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Outras Funcionalidades	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Função Medição	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Eq. Telegestão Energia EDP Box (instalado após 01.01.2018)	-	284 626	284 626	-	224	224	284 626	224	284 402
Outro Específico não aceite em BT[1]:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Postos Transformação e Seccionamento (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Redes Aéreas (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Redes Subterrâneas (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Chegadas Aéreas (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Chegadas Subterrâneas (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Outro equipamento de medição (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Equipamentos Acessórios e Outros (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Iluminação pública (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Específico em BT aceite	-	4 699 886	4 699 886	-	866 610	866 610	4 699 886	866 610	3 833 276
Total Específico em BT não aceite	-	293 293	293 293	-	224	224	293 293	224	293 069
TOTAL Regulado (inclui valor residual das concessões)	-	4 993 178	4 993 178	-	866 834	866 834	4 993 178	866 834	4 126 344
TOTAL E-REDES (inclui valor residual das concessões)	-	4 993 178	4 993 178	-	866 834	866 834	4 993 178	866 834	4 126 344

1: para além dos equipamentos de medição e das EDP Box instaladas após 01.01.2018

Concessão de Lousã
Rede de BT e Iluminação Pública em 31-12-2022

Quadro Concessões BT - Imobilizado Bruto — Unidade: euros

Rubricas	Imobilizado em exploração			Subsídios ao investimento			Saldo Final		
	Totalmente amortizado	Em amortização	Valor bruto total	Totalmente amortizado	Em amortização	Subsídios ao investimento total	Valor bruto	Subsídios/ Comparticipações	Valor líquido
Imobilizado Intangível Regulado	5 145 534	9 768 562	14 914 096	2 226 553	2 593 452	4 820 005	14 914 096	4 820 005	10 094 091
Imobilizado Intangível Regulado aceite	4 376 789	9 282 272	13 659 060	2 226 553	2 593 203	4 819 756	13 659 060	4 819 756	8 839 305
Imobilizado Intangível Regulado não aceite	768 745	486 291	1 255 035	-	250	250	1 255 035	250	1 254 786
Específico em BT	5 145 534	9 768 562	14 914 096	2 226 553	2 593 452	4 820 005	14 914 096	4 820 005	10 094 091
Postos Transformação e Seccionamento	1 342 924	4 525 353	5 868 277	262 733	609 203	871 936	5 868 277	871 936	4 996 341
Redes aéreas	2 108 729	1 528 790	3 637 519	1 728 685	451 164	2 179 849	3 637 519	2 179 849	1 457 670
Redes subterrâneas	189 476	1 317 829	1 507 304	90 556	889 127	979 683	1 507 304	979 683	527 622
Chegadas aéreas	251 720	184 235	435 955	95 012	94 794	189 806	435 955	189 806	246 150
Chegadas subterrâneas	56 752	224 675	281 427	42 885	156 595	199 479	281 427	199 479	81 948
Contadores e acessórios:	1 184 863	106 980	1 291 843	-	210	210	1 291 843	210	1 291 633
- Contadores	768 618	27 545	796 163	-	-	-	796 163	-	796 163
- Outro equipamento	416 244	79 435	495 680	-	210	210	495 680	210	495 470
Equipamentos Acessórios e Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Iluminação pública	10 922	1 421 954	1 432 876	6 684	392 109	398 793	1 432 876	398 793	1 034 083
Eq. Telegestão Energia EDP Box (instalado até 31.12.2017):	149	-	149	-	-	-	149	-	149
- Outras Funcionalidades	22	-	22	-	-	-	22	-	22
- Função Medição	126	-	126	-	-	-	126	-	126
Eq. Telegestão Energia EDP Box (instalado após 01.01.2018)	-	458 746	458 746	-	250	250	458 746	250	458 496
Outro Específico não aceite em BT[1]:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Postos Transformação e Seccionamento (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Redes Aéreas (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Redes Subterrâneas (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Chegadas Aéreas (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Chegadas Subterrâneas (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Outro equipamento de medição (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Equipamentos Acessórios e Outros (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Iluminação pública (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Específico em BT aceite	4 376 789	9 282 272	13 659 060	2 226 553	2 593 203	4 819 756	13 659 060	4 819 756	8 839 305
Total Específico em BT não aceite	768 745	486 291	1 255 035	-	250	250	1 255 035	250	1 254 786
TOTAL Regulado (inclui valor residual das concessões)	5 145 534	9 768 562	14 914 096	2 226 553	2 593 452	4 820 005	14 914 096	4 820 005	10 094 091
TOTAL E-REDES (inclui valor residual das concessões)	5 145 534	9 768 562	14 914 096	2 226 553	2 593 452	4 820 005	14 914 096	4 820 005	10 094 091

1: para além dos equipamentos de medição e das EDP Box instaladas após 01.01.2018

5 – Ativos Fixos Tangíveis

Todos os bens elencados no quadro seguinte, representam o movimento ocorrido na quantia escriturada dos Ativos Fixos Tangíveis, estes encontram-se valorizados pelo seu custo. O gasto de depreciação destes ativos inicia-se quando o bem fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido.

O Município utiliza o método das quotas constantes ou linha reta para calcular as depreciações.

O Município da Lousã tem em uso 23.647 bens totalmente depreciados cujas fichas estão disponíveis para consulta no Município, não sendo possível juntar as mesmas devido ao seu elevado número.

Existem 4.958 bens inventariados e não valorizados (bens valorizados a zero) cujas fichas estão disponíveis para consulta no Município, não sendo possível juntar as mesmas devido ao seu elevado número.

Câmara Municipal da Lousã — Anual (período 14) 2023

Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	202 967,34	0,00	0,00	202 967,34	202 967,34	0,00	0,00	202 967,34
Edifícios e outras construções	647 096,40	173 708,33	0,00	473 388,07	713 062,95	181 911,41	0,00	531 151,54
Infraestruturas	61 832 307,04	34 700 463,94	0,00	27 131 843,10	63 037 523,34	36 478 923,62	0,00	26 558 599,72
Património histórico, artístico e cultural	174 230,10	14 812,53	0,00	159 417,57	211 745,10	14 955,45	0,00	196 789,65
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	345 990,57	0,00	0,00	345 990,57	764 589,54	0,00	0,00	764 589,54
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	7 588 651,71	423,02	0,00	7 588 228,69	7 573 578,63	634,53	0,00	7 572 944,10
Edifícios e outras construções	25 240 358,41	5 819 364,21	0,00	19 420 994,20	25 412 987,19	6 316 263,83	0,00	19 096 723,36
Equipamento básico	4 796 984,47	4 074 576,51	0,00	722 407,96	4 953 251,50	4 220 978,62	0,00	732 272,88
Equipamento de transporte	2 983 268,11	2 408 700,74	0,00	574 567,37	3 013 280,11	2 544 265,87	0,00	469 014,24
Equipamento administrativo	1 347 200,28	1 030 024,34	0,00	317 175,94	1 360 631,89	1 124 520,33	0,00	236 111,56
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	1 395 831,94	1 307 591,62	0,00	88 240,32	1 409 616,57	1 327 734,41	0,00	81 882,16
Ativos fixos tangíveis em curso	1 359 242,55	0,00	0,00	1 359 242,55	2 814 524,48	0,00	0,00	2 814 524,48
Total:	**107 914 128,92**	**49 529 665,24**	**0,00**	**58 384 463,68**	**111 467 758,64**	**52 210 188,07**	**0,00**	**59 257 570,57**

QUADRO 5.1 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS – VARIAÇÕES DAS DEPRECIAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADES ACUMULADAS

Ativos Fixos Tangíveis - Quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final
		Adições	Transf. Internas	Revalorização	Reversões perdas	Perdas por imparidade	Deprec. período	Diminuições	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Terrenos e recursos naturais	202 967,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	202 967,34
Edifícios e outras construções	473 388,07	9 179,60	56 786,95	0,00	0,00	0,00	-8 203,08	0,00	531 151,54
Infraestruturas	27 131 843,10	437 250,09	767 966,21	0,00	0,00	0,00	-1 778 459,68	0,00	26 558 599,72
Património histórico, artístico e cultural	159 417,57	37 515,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-142,92	0,00	196 789,65
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	345 990,57	1 338 602,00	-920 003,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	764 589,54
Ativos fixos em concessão									
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso									
Outros ativos fixos tangíveis									
Terrenos e recursos naturais	7 588 228,69	52 095,66	0,00	0,00	0,00	0,00	-211,51	-67 168,74	7 572 944,10
Edifícios e outras construções	19 420 994,20	18 258,50	154 370,28	0,00	0,00	0,00	-496 899,62	0,00	19 096 723,36
Equipamento básico	722 407,96	156 267,03	0,00	0,00	0,00	0,00	-146 402,11	0,00	732 272,88
Equipamento de transporte	574 567,37	30 012,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-135 565,13	0,00	469 014,24
Equipamento administrativo	317 175,94	13 431,61	0,00	0,00	0,00	0,00	-94 495,99	0,00	236 111,56
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	88 240,32	13 784,63	0,00	0,00	0,00	0,00	-20 142,79	0,00	81 882,16
Ativos fixos tangíveis em curso	1 359 242,55	1 524 154,34	-68 872,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 814 524,48
Total:	58 384 463,68	3 630 550,46	-9 752,00	0,00	0,00	0,00	-2 680 522,83	-67 168,74	59 257 570,57

QUADRO 5.2 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS – QUANTIA ESCRITURADA E VARIAÇÕES DO PERÍODO

Ativos fixos tangíveis - Adições

RUBRICAS	Adições										
	Internas	Compra	Cessão	Transfer. ou troca	Expropri.	Doação	Dação em pagamento	Locação fin.	Fusão, cisão, ...	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	9 179,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9 179,60
Infraestruturas	0,00	220 750,09	0,00	216 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	437 250,09
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37 515,00	37 515,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	1 338 602,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 338 602,00
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais	0,00	3 358,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48 737,11	52 095,66
Edifícios e outras construções	0,00	18 258,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18 258,50
Equipamento básico	0,00	156 267,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	156 267,03
Equipamento de transporte	0,00	30 012,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30 012,00
Equipamento administrativo	0,00	13 431,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13 431,61
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	13 784,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13 784,63
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	1 487 930,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36 223,50	1 524 154,34
Total:	0,00	3 291 574,85	0,00	216 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	122 475,61	3 630 550,46

QUADRO 5.2 A) – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS – ADIÇÕES

Ativos fixos tangíveis - Diminuições

RUBRICAS	Diminuições					
	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	-23 314,13	0,00	0,00	0,00	-43 854,61	-67 168,74
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	-23 314,13	0,00	0,00	0,00	-43 854,61	-67 168,74

QUADRO 5.2 B) – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS - DIMINUIÇÕES

6 – Locações

O Município da Lousã tem dois contratos de Locação Financeira:

Bens Locados	Valor do contrato	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
		Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes					
Aquisição de Duas Viaturas Modelo ZOE 50R 135	65 913,24 €	16 086,21 €	0,00 €	33 424,99 €	0,00 €	16 107,87 €	16 380,38 €	0,00 €	32 488,25 €	0,00 €
Aquisição de Solução Completa de Virtualização de Desktops (VDI)	261 358,27 €	21 111,96 €	0,00 €	21 111,96 €	0,00 €	62 823,04 €	177 423,27 €	0,00 €	240 246,31 €	0,00 €
Total	**327 271,51 €**	**37 198,17 €**	**0,00 €**	**54 536,95 €**	**0,00 €**	**78 930,91 €**	**193 803,65 €**	**0,00 €**	**272 734,56 €**	**0,00 €**

QUADRO 6.1 – LOCAÇÕES FINANCEIRAS - LOCATÁRIO

7 – Custo de Empréstimos Obtidos

Os custos dos empréstimos obtidos, no exercício de 2023, foram os seguintes:

Empréstimos Obtidos - Empréstimos Bancários

Ano: **2023**

Câmara Municipal da Lousã Período: **Prestação Contas**

Entidade	Data do contrato	Data do Visto TC	Prazo do Contrato	Capital		Taxa de Juro		Pagamentos de anos anteriores			Pagamentos do ano			Encargos Vencidos e não pagos	Saldo em 1 de janeiro	Saldo em 31 de dezembro
				Contratado	Utilizado	Inicial	Atual	Amortização	Juros	Total	Amortização	Juros	Total			
Beneficiação da Rede de Esgotos da zona Este do Concelho e construção do Núcleo Sede do Ecomuseu da Serra da Lousã - Núcleo Sede - Banco BPI, SA	21/04/2003	19/05/2003	239	424 500,00 €	424 500,00€	3,37	4,575	397 392,18 €	33 113,68€	430 505,86€	27 107,82 €	306,22 €	27 414,04€	-	27 107,82€	- €
Investimentos Municipais - Banco BPI, SA	10/05/2004	03/06/2004	253	464 000,00 €	464 000,00€	2,79	4,575	420 467,87 €	32 739,68€	453 207,55€	28 754,32 €	1302,33 €	30 056,65€	-	43 532,13€	14777,81€
Ecomuseu da Serra da Lousã - CGD - Lousã	15/09/2003	06/10/2003	245	80 000,00 €	80 000,00€	2,99	3,935	74 887,55 €	6 467,44€	81 354,99€	5 112,45 €	92,35 €	5 204,80€	-	5 112,45€	- €
Infraest. Ald. Candal "1ª e 2ª Fase", Rede Drenagem Águas Resid. Dom. e Pav. de Circulações; Infraest. da Ald. Talasnal "1ª, 2ª e 3ª Fase", Rede Abast. Água Saneamento, Eletricidade, Telecomunicações - CGD - Lousã	01/04/2005	04/05/2005	239	500 000,00 €	500 000,00€	2,57	4,37	424 563,08 €	27 963,76€	452 526,84€	29 553,81 €	1823,85 €	31 377,66€	-	75 436,92€	45 883,11€
Beneficiação da Rede de Águas Lousã, Capital S. Águas Mondego, Beneficiação da Rede de Esgotos e Etar Zona Sul - CGD - Lousã	05/07/2006	12/07/2006	239	600 000,00 €	600 000,00€	3,33	3,914	460 229,16 €	30 313,57€	490 542,73€	34 194,58 €	1796,28 €	35 990,86€	-	139 770,84€	105 576,26€
Investimentos contemplados no PPI - Banco BBVA	17/09/2007	25/10/2007	191	2 500 000,00 €	2 500 000,00€	4,38	2,027	2 333 333,24€	100 370,71€	2 433 703,95€	166 666,76 €	3 208,89 €	169 875,65€	-	166 666,76€	- €
Programa de Apoio à Economia Local - D.G.Tesouro e Finanças	16/11/2012	13/02/2013	167	880 772,03 €	880 772,03€	2,61	2,61	626 326,84€	145 658,89€	771 985,73€	636 11,32 €	627 1,78 €	69 883,10€	-	254 445,19€	190 833,87€
6610791 - Requalificação do Cine-Teatro da Lousã - CGD - Lousã	10/03/2020	30/04/2020	240	2 100 000,00 €	2 100 000,00€	0,65	4,594	- €	10097,54€	10097,54€	62 686,56 €	59 854,22 €	122 540,78€	-	1 107 135,15€	2037 313,44€
BEI CENTRO-07-2316-FEDER-000249_04645 - Requalificação da Praça Cândido dos Reis - Agência para o D Coesão	10/03/2020	30/04/2020	180	30 584,71€	23333,33€	0,09	4,307	2 499,99 €	9,92€	2509,91€	1396,56 €	613,33 €	2009,89€	-	20833,34€	19 436,78€
BEI CENTRO-07-23-16-FEDER-000251_04653 - Requalificação da Praça De Luis de Camões e Rua Dr. Henrique de Figueiredo - Agência para o D Coesão	06/03/2020	30/04/2020	180	98 916,40 €	98 916,40€	0,09	4,307	10598,19 €	24,61€	10622,80€	5 920,39 €	2 600,09 €	8520,48€	-	88 318,21€	82 397,82€
Centro-07-2316-FEDER-000248_4604 Requalificação da Rua do Comércio e Rua General Humberto Delgado/Largo Alexandre Herculano/ Rua da Graça Rua dos Combatentes da Grande Guerra - Agência para o D Coesão	10/03/2020	30/04/2020	180	131 830,42 €	87 886,94€	0	4,219	6 277,64€	- €	6 277,64€	5 592,52 €	1525,38 €	7 117,90€	-	81609,30€	76016,78€
Requalificação da Avenida São Silvestre e Rua Prof. António Batista de Almeida CENTRO-07-2316-FEDER-000252_04674 - Agência para o D Coesão (1)	15/06/2020	04/11/2020	180	64 543,30 €	64 543,30€	0	4,307	9523,81€	- €	9523,81€	7917,75 €	3 648,53 €	11566,28€	-	123809,53€	47 101,74€
Rede Ciclável Urbana da Lousã - Zona Central - CENTRO-06-14-06-FEDER-000036	20/03/2023	16/06/2023	180	135 000,00 €	45 000,00€	1,564	1,564	- €	- €	- €	- €	- €	- €	-	- €	45 000,00€
Totais				8 010 146,86 €	7868 952,00 €			4 766 099,55 €	386 759,80 €	5 152 859,35 €	438 514,84 €	83 043,25 €	521 558,09 €	- €	2 133 777,64 €	2 664 337,61€

(1) O empréstimo CENTRO-07-2316-252_4674 foi contratado inicialmente pelo valor de 200.000,00€ e tinha sido utilizado o valor de 133.333,34€. No entanto, a candidatura foi reestruturada e o valor do empréstimo BEI associado passou a ter o valor contratado e utilizado inferior, no valor de 64.543,30€, tendo sido feito um Reembolso e Restituição no valor de 68.790,04€.

QUADRO 7 -EMPRÉSTIMOS OBTIDOS – EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

8 – Propriedades de Investimento

As Propriedades de Investimentos são mensuradas ao custo. O custo de aquisição compreende o seu preço de compra e quaisquer outros gastos que lhe sejam diretamente imputáveis.

O Município da Lousã tem como propriedades de investimento, nomeadamente, terrenos na Zona Empresarial e, um edifício na praia fluvial da Nossa Senhora da Piedade, sendo as quantias escrituradas e as variações no período em análise as seguintes:

Modelo do Custo

Câmara Municipal da Lousã — Anual (período 14) 2023

Propriedades de Investimento - Quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações						Quantia escriturada final	Gastos do Período
		Adições	Transf. Internas	Depreciações período	Perdas imparidade	Dif. cambiais	Diminuições		
Propriedades de Investimento									
Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	10 024,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10 024,39	0,00
Edifícios e outras construções	77 940,07	187 023,90	9 752,00	-2 249,49	0,00	0,00	0,00	272 466,48	0,00
Outras Propriedades de Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades de Investimento em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	87 964,46	187 023,90	9 752,00	-2 249,49	0,00	0,00	0,00	282 490,87	0,00

QUADRO 8 – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO – QUANTIA ESCRITURADA E VARIAÇÕES DO PERÍODO

Modelo do Custo

Câmara Municipal da Lousã — Anual (período 14) 2023

Propriedades de Investimento - Adições

RUBRICAS	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transfer. ou troca	Doação	Dação em pagamento	Locação fin.	Fusão, cisão, ...	Outras	Total
Propriedades de Investimento										
Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	187 023,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	187 023,90
Outras Propriedades de Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades de Investimento em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais:	0,00	187 023,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	187 023,90

QUADRO 8.1 A) – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO – MODELO DE CUSTO ADIÇÕES

Modelo do Custo

Câmara Municipal da Lousã — Anual (período 14) 2023

Propriedades de Investimento - Diminuições

RUBRICAS	Diminuições				
	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Propriedades de Investimento					
Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Propriedades de Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades de Investimento em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

QUADRO 8.1 B) – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO – MODELO DE CUSTO DIMINUIÇÕES

9 – Imparidades de Ativos

No caso das Imparidades de Ativos, o Município da Lousã registou Imparidades para Clientes acumuladas de 259.579,05€, correspondendo ao saldo da conta 219 – Perdas por Imparidade Acumuladas, tendo sido efetuada uma reversão, no exercício de 2023, de 2.652,77€, já que, durante este ano, foram registados pagamentos por parte dos clientes, contribuintes e utentes nesse mesmo valor.

2023

Imparidade de Ativos

Classes	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade Acumulada	Reversão de imparidades	Quantia Recuperável
Depósitos à ordem	1 062 925,40	0,00	0,00	1 062 925,40
Outros depósitos	349 511,72	0,00	0,00	349 511,72
Outros instrumentos financeiros a curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00
Devedores e credores por transferências, subsídios e empréstimos bonificados	420 966,86	0,00	0,00	420 966,86
Clientes, contribuintes e utentes	311 337,27	262 231,42	2 652,37	51 758,22
Fornecedores	605 019,74	0,00	0,00	605 019,74
Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00
Acionistas/sócios/associados	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a receber e a pagar	3 064 430,66	0,00	0,00	3 064 430,66
Inventários estratégicos e bens a transferir	0,00	0,00	0,00	0,00
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	161 180,90	0,00	0,00	161 180,90
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos financeiros	1 204 470,46	0,00	0,00	1 204 470,46
Propriedades de investimento	282 490,87	0,00	0,00	282 490,87
Ativos fixos tangíveis	55 678 456,55	0,00	0,00	55 678 456,55
Ativos intangíveis	9 975,54	0,00	0,00	9 975,54
Investimentos em curso	3 579 114,02	0,00	0,00	3 579 114,02
Ativos não correntes detidos para venda	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	**66 729 879,99**	**262 231,42**	**2 652,37**	**66 470 300,94**

QUADRO 9 – IMPARIDADES DE ATIVOS

10 – Inventários

Em relação aos Inventários as divulgações são a informação da conta inventários e os movimentos do período.

Ativo	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	- €	- €	- €
Matérias primas, subsidiarias e de consumo	161 180,90 €	- €	161 180,90 €
Produtos acabados e intermédios	- €	- €	- €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	- €	- €	- €
Produtos e trabalhos em curso	- €	- €	- €
Total	161 180,90 €	- €	161 180,90 €

QUADRO 10.1 – INVENTÁRIOS

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras Líquidas	Consumos/ gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de Inventários	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(1)+(2)-(3)+/-(4)-(5)+(6)-(7)+(8)
Mercadorias	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Matérias primas, subsidiarias e de consumo	146 810,63 €	260 174,57 €	244 591,34 €	- €	- €	- €	1 294,78 €	81,82 €	161 180,90 €
Produtos acabados e intermédios	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Produtos e trabalhos em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
TOTAL	146 810,63 €	260 174,57 €	244 591,34 €	- €	- €	- €	1 294,78 €	81,82 €	161 180,90 €

QUADRO 10.2 – INVENTÁRIOS: MOVIMENTOS DO PERÍODO

11 – Agricultura

Não aplicável.

12 – Contratos de Construção

Não aplicável.

13 – Rendimento de Transações com Contraprestação

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes possam ser mensurados com fiabilidade. Em relação às notas, estas têm por objetivo prescrever o tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, destacando como aspeto principal a determinação do momento do reconhecimento.

Desta forma, o detalhe dos rendimentos com contraprestação é o seguinte:

Câmara Municipal da Lousã **2023**

Rendimento de transações com contraprestação até 31/12/2023

Tipo de rendimento		Rendimento do periodo reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
		Resultados	Património liquido	Inicio do periodo	Final do periodo	
704	**Taxas, multas e outras penalidades**					
7043	Taxas específicas das autarquias locais	260 514,48	0,00	0,00	0,00	0,00
7044	Multas e outras penalidades	13 616,22	0,00	0,00	0,00	0,00
71	**Vendas**					
711	Mercadorias	155,89	0,00	0,00	0,00	0,00
713	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	3 672,15	0,00	0,00	0,00	0,00
72	**Prestação de serviços**					
7203	Serviços específicos das autarquias locais	612 783,54	0,00	0,00	0,00	0,00
7299	Outros serviços	16 039,79	0,00	0,00	0,00	0,00
78	**Outros rendimentos**					
784	Ganhos em inventários	103,85	0,00	0,00	0,00	0,00
787	Rendimentos em investimentos não financeiros	883 880,67	0,00	0,00	0,00	0,00
7881	Correções relativas a períodos anteriores	109 828,99	0,00	0,00	0,00	0,00
7889	Outros não especificados	115 270,47	0,00	0,00	0,00	0,00
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	35 819,94	0,00	0,00	0,00	0,00
79	**Juros, dividendos e outros rendimentos similares**					
	Total:	**2 051 685,99**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

QUADRO 13 – RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO 2023

14 – Rendimento de Transações sem Contraprestação

No caso das transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos tratam-se de benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às Administrações Públicas. As Transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam, impostos.

O detalhe dos rendimentos sem contraprestação, durante o ano de 2023, é o seguinte:

Câmara Municipal da Lousã 2023

Rendimento de transações sem contraprestação até 31/12/2023

Tipo de rendimento		Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
		Resultados	Património líquido	Início do período	Final do período	
701	**Impostos Diretos**					
70103	Derrama	685 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70105	Imposto municipal sobre imóveis	2 070 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70106	Imposto único de circulação	512 346,05	0,00	0,00	0,00	0,00
702	**Impostos Indiretos**					
70208	Impostos indiretos específicos das autarquias locais	46,68	0,00	0,00	0,00	0,00
70210	Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	699 414,48	0,00	0,00	0,00	0,00
75	**Transferências e subsídios correntes obtidos**					
75111	Estado	8 858 187,03	0,00	0,00	0,00	0,00
75112	Serviços e Fundos Autónomos	13 407,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7514	Resto do Mundo	127 249,11	0,00	0,00	0,00	0,00
7515	Sociedades e quase sociedades não financeiras	25 137,00	0,00	0,00	0,00	0,00
752	Subsídios correntes	22 470,21	0,00	0,00	0,00	0,00
76	**Reversões**					
762	De perdas por imparidade	2 652,37	0,00	0,00	0,00	0,00
763	De provisões	316 129,14	0,00	0,00	0,00	0,00
7883	Imputação de subsídios e transferências para investimentos	937 288,48	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	**14 269 327,55**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

QUADRO 14 – RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO 2023

15 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

No caso das **Provisões** são reconhecidas quando se verifica cumulativamente as seguintes disposições:

- Exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado;

- Seja provável que um exfluxo recursos que incorpore benefícios económicos que será necessário para liquidar a obrigação;

- Possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Face aos vários processos judiciais que se encontram em curso, quer instaurados pelo Município da Lousã, quer instaurados por outras entidades, após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual de contas, verificou-se a reversão da provisão para outros riscos e encargos no valor de 316.129,35€ no Processo N.1805/22.7, na medida em que, é expectável que haja uma indeminização de metade do valor da ação.

No exercício de 2023, foi constituída uma provisão para o Proc. N.º 286/232, no valor de 63.448,32€ devido ao facto de haver um nível de risco médio e, uma provisão de 6.269,08€ no âmbito do Proc. N.º 337723.0BECBR, sendo o seu nível de risco: médio.

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial (1)	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final (10)=(1)+(5)-(9)
		Reforços (2)	Aumentos da quantia descontada (3)	Outros aumentos (4)	Total aumentos (5)=(2)+(3)+(4)	Utilizações (6)	Reversões (7)	Outras diminuições (8)	Total diminuições (9)=(6)+(7)+(8)	
Impostos, contribuições e taxas Garantias a clientes	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Processos judiciais em curso	632 258,27 €	69 717,40 €	- €	- €	69 717,40 €	- €	316 129,14 €	- €	316 129,14 €	385 846,53 €
Acidentes de trabalho e doenças profissionais Matérias ambientais	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Contratos onerosos Reestruturação e reorganização	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outras provisões	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	632 258,27 €	69 717,40 €	- €	- €	69 717,40 €	- €	316 129,14 €	- €	316 129,14 €	385 846,53 €

QUADRO 15 – PROVISÕES

No caso dos **Passivos Contingentes** que são:

- Obrigações possíveis, que carecem de confirmação se a entidade tem ou não uma obrigação presente que possa conduzir a um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço; ou

- Obrigações presentes, que não satisfazem os critérios de reconhecimento da NCP 15 (por isso não são reconhecidos sob a forma de provisão), quer porque não é provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para extinguir a obrigação, quer porque não pode ser feita uma estimativa suficientemente fiável da quantia da obrigação.

No caso do Município da Lousã há a salientar o Proc. 4…/23, em que o risco é médio e apesar, de o valor ser de 5.163,11€ há um seguro de responsabilidade civil, tendo a seguradora sido chamada à ação.

Os **Ativos Contingentes** são ativos possíveis que decorrem de acontecimentos passados e cuja existência apenas será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos que não está totalmente sob controlo da entidade. No caso do Município da Lousã, nada há a divulgar.

16 – Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.

17 – Acontecimentos após a data de relato

Após a data de 31 de dezembro de 2023, existem acontecimentos que devem ser mencionados devido ao impacto que irão ter nas demonstrações financeiras do ano subsequente, e que ocorreram até aprovação da Prestação de Contas de 2023, tais como:

- Resultado Líquido Negativo Antes de Impostos da APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, EIM, SA:

No exercício de 2023, a APIN registou, um resultado líquido do exercício antes de impostos negativo de 3.186.494,99€ e um resultado líquido do exercício de – 2.543.302,19€.

De acordo com o Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais, Lei N.º 50/2012, de 31 de agosto, no artigo 40, n.º 2 refere que: "*Sem prejuízo do disposto no n.º 5, no caso de o resultado líquido antes de impostos se apresentar negativo, é obrigatória a realização de uma transferência financeira a cargo dos sócios, na proporção da respetiva participação social, com vista a equilibrar os resultados do exercício em causa*".

APIN - Emp. Interm. Amb. Pinhal Interior,EIM SA Contribuinte: 515515507

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 dezembro 2023 Moeda: EURO

Rúbrica	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Vendas e serviços prestados	22	15 501 526,06	13 106 238,38
Subsídios à exploração	32	8 663,99	1 556 309,51
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	20	-4 619 073,47	-4 785 891,60
Fornecimentos e serviços externos	27	-7 974 210,94	-7 150 695,05
Gastos com o pessoal	28	-4 494 037,17	-4 021 001,90
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14	-331 959,00	-87 627,00
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis			
Aumentos / reduções de justo valor			
Outros rendimentos	29	316 318,42	237 352,01
Outros gastos	30	-119 039,44	-120 577,56
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**-1 711 811,55**	**-1 265 893,21**
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	31	-998 982,91	-718 719,49
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**-2 710 794,46**	**-1 984 612,70**
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	26	-475 700,53	-144 524,33
Resultado antes de impostos		**-3 186 494,99**	**-2 129 137,03**
Imposto sobre o rendimento do período		643 192,80	431 530,95
Resultado líquido do período		**-2 543 302,19**	**-1 697 606,08**

(Fonte: Relatório de Gestão de 2023, da APIN)

Assim, de acordo com o resultado apresentado e de acordo com a lei, o Município da Lousã no exercício de 2024, efetuou uma transferência necessária à cobertura dos resultados líquidos antes de impostos, na proporção da respetiva participação social.

Desta forma, como o Resultado Líquido Antes de Impostos da APIN foi de – 3.186.494,99€ e, sendo a Participação do Município da Lousã de 18,39%, o valor transferido foi de 585.996,43€, com vista a equilibrar os resultados do período da participada. No exercício de 2024, foi classificada esta verba na conta *606 – Transferências para Cobertura de Prejuízos.*

18 – Instrumentos Financeiros

A NCP 18 contém as orientações para o reconhecimento e mensuração de todos os ativos e passivos financeiros, dos quais os instrumentos financeiros são uma parte. Neste, sentido, as respetivas

divulgações atendem a esta consideração. Assim, neste ponto a entidade deve divulgar, em relação às políticas contabilísticas, as bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

Ativos Financeiros

Conforme o parágrafo 10 da NCP 18, os ativos financeiros são mensurados, no reconhecimento inicial, pelo seu justo valor. No reconhecimento subsequente, podem continuar ao justo valor ou ao custo amortizado, conforme os parágrafos 11 e 12 respetivamente.

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada
		Compras	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas e justo valor	Perdas por imparidade	Outras	
Ativos Financeiros Mensurados ao justo valor através de resultados	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Ativos financeiros detidos para negociação	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Participações financeiras - justo valor	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros ativos financeiros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Ativos Financeiros Mensurados ao custo amortizado	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Ativos financeiros detidos para negociação	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Participações financeiras - custo	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros ativos financeiros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Ativos Financeiros Mensurados ao custo aquisição a)	1 204 470,46 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	1 204 470,46 €
Ativos financeiros detidos para negociação	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Participações financeiras - custo aquisição	1 204 470,46 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros ativos financeiros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	1 204 470,46 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	1 204 470,46 €

Nota: No caso do Município da Lousã, os ativos financeiros foram mensurados, no reconhecimento inicial, ao custo de aquisição.

QUADRO 18.1 – ATIVOS FINANCEIROS

No caso das contas consolidadas o Quadro 18.1 – Ativos Financeiros, assume o seguinte aspeto:

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada
		Compras	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas e justo valor	Perdas por imparidade	Outras	
Ativos Financeiros Mensurados ao justo valor através de resultados	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Ativos financeiros detidos para negociação	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Participações financeiras - justo valor	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros ativos financeiros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Ativos Financeiros Mensurados ao custo amortizado	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Ativos financeiros detidos para negociação	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Participações financeiras - custo	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros ativos financeiros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Ativos Financeiros Mensurados ao custo aquisição #)	1 002 180,46 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	1 002 180,46 €
Ativos financeiros detidos para negociação	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Participações financeiras - custo aquisição	1 002 180,46 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros ativos financeiros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	1 002 180,46 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	1 002 180,46 €

#) No caso das Participações Financeiras estão mensuradas pelo seu custo de aquisição, à exceção da APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, EIM, SA, a qual está mensurada ao Método de Equivalência Patrimonial.

QUADRO 18.1 – ATIVOS FINANCEIROS – CONTAS CONSOLIDADAS

Passivos Financeiros

Em relação aos Passivos Financeiros, nada há a divulgar.

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada
		Compras	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas e justo valor	Perdas por imparidade	Outras	
Passivos Financeiros Mensurados ao justo valor através de resultados	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Passivos Financeiros detidos para negociação	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros Passivos Financeiros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Passivos Financeiros Mensurados ao custo amortizado	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Passivos Financeiros detidos para negociação	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros Passivos Financeiros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €

QUADRO 18.2 – PASSIVOS FINANCEIROS

19 – Benefícios dos empregados

Não aplicável.

20 – Divulgações de Partes Relacionadas

Neste ponto devem ser identificadas quais as entidades controladas e as transações efetuadas entre as partes relacionadas.

Designação	Sede	% Controlo		Controlo Final
		Direto	Indireto	
APIN - Empresa Intermun. do Pinhal Interior, EIM. SA	Zona Industrial de Penela, Lote 15, 3230 - 347 Penela		18,39%	18,39%

QUADRO 20.1 – ENTIDADES PARTICIPADAS

Entidade Relacionada	Natureza do Relacionamento	Transação			Saldo final do Período
		Tipo	Quantia	% no total das transações	
APIN - Empresa Intermun. do Pinhal Interior, EIM. SA	Participada com Controlo Indirecto	Transferências e Subsídios Concedidos	667 922,51 €	26,76%	23 857,76 €
		Aquisição de Bens e Serviços	206 937,12 €	3,60%	27 132,16 €
		Aquisição de Bens de Capital	225 408,99 €	6,25%	0,00 €

QUADRO 20.2 – TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

21 – Relato por Segmentos

Não aplicável.

22 – Interesses em Outras entidades

Não Aplicável.

23 - Outras Divulgações

Em 2022 e 2023 podemos comparar a evolução, tanto dos gastos como dos rendimentos, nos exercícios em causa. Desta forma, temos o seguinte panorama:

a) No caso dos ***Rendimentos e Ganhos***, os valores recebidos no exercício de 2023 e em 2022 foram os seguintes:

Rendimentos e Ganhos		2022	2023
70	Impostos, contribuições e taxas	4 332 321,24	4 240 937,91
71	Vendas	246,12	3 828,04
72	Prestações de serviços e concessões	419 413,94	628 823,33
75	Transferências e subsídios obtidos	7 963 381,42	9 046 450,35
76	Reversões	68 894,36	318 781,51
78	Outros rendimentos	2 497 118,58	2 078 188,13
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	3 575,92	4 004,27
Total		**15 284 951,58**	**16 321 013,54**

No exercício de 2023, à semelhança do que já se tinha verificado no ano de 2022, em relação às transferências recebidas pela Participação do Município do IVA e do IRS, foi efetuada a especialização dos valores a receber, ao exercício a que dizem respeito, independentemente do período em que vão ser recebidas.

Assim, face à Participação do IVA de acordo com o artigo 26-Aº da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o valor dos Municípios na receita do IVA, a participação referida na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º é distribuída aos municípios proporcionalmente, determinada por referência ao IVA liquidado na respetiva circunscrição territorial relativo às atividades económicas de alojamento, restauração, comunicações, eletricidade, água e gás. O valor referente à participação dos municípios na receita do IVA é apurado com base no penúltimo ano relativamente àquele a que a Lei do Orçamento do Estado se refere.

A Participação no IVA referente ao exercício de 2023, foi especializada nos Ganhos de 2023 através da estimativa do cálculo da receita apurada no exercício de 2024, em contrapartida da Conta Devedores por Acréscimos (Periodização Económica) participação do IVA 2023, receita que só será transferida para o município no ano de 2025.

Já em relação à Participação do IRS, segundo o artigo 26º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, refere que os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5 /prct. no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do Código do IRS. Desta forma, foi feita a especialização do valor referente ao exercício de 2023 a receber no exercício de 2024.

Em relação aos Impostos, Contribuições e Taxas verificou-se um decréscimo de 2,11%, face ao ano anterior, representando um valor de 91.383,33€ a menos recebido face a 2022. Também os Outros Rendimentos diminuíram cerca de 16,78%, representando uma quebra de 418.930,45€.

As Transferências e Subsídios Obtidos registaram um incremento de 13,60%, tendo havido um aumento de 1.083.068,93€.

As restantes rubricas, nomeadamente, as Prestações de Serviços e Concessões, as Reversões e os Juros, Dividendos e Outros Rendimentos Similares, também registaram incrementos de 209.409,39€; 249.887,15€ e 428,35€.

b) Os ***Gastos e Perdas*** do exercício de 2022 para o de 2023, registaram a seguinte evolução:

Gastos e Perdas		2022	2023
60	Transferências e subsídios concedidos	2 643 780,04	2 647 719,51
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	256 120,85	244 591,34
62	Fornecimentos e serviços externos	4 434 506,40	5 049 900,09
63	Gastos com pessoal	5 266 930,36	6 266 604,76
64	Gastos de depreciação e de amortização	2 714 587,98	2 688 691,69
65	Perdas Por Imparidade	0,00	0,00
67	Provisões do Periodo	632 258,27	69 717,40
68	Outros gastos	517 795,43	684 512,43
69	Gastos por juros e outros encargos	14 824,57	34 888,03
Total		**16 480 803,90**	**17 686 625,25**

Face aos Gastos e Perdas a evolução nestes dois exercícios foi a seguinte: no caso dos Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas diminuíram 4,5%, em termos de valor decresceram 11.529,51€; os Gastos de Depreciação e de Amortização a redução foi na ordem do 1,00%, no valor de 25.896,29€ e; as Provisões do Período também diminuíram 88,97%, em termos de valor o decréscimo foi de 562.540,87€, justificado pela reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual de contas, tendo se procedido à reversão da provisão para outros riscos e encargos no valor de 316.129,35€ no Processo N.1805/22.7, na medida em que, é expectável que haja uma indeminização de metade do valor da ação.

Em sentido contrário às rubricas de gastos anteriores, as Transferências e Subsídios Concedidos registaram um aumento de 0,15%; os Gastos Com o Pessoal, aumentaram em 999.674,40€, tendo sido em termos percentuais o crescimento de 18,98%, justificado pelo facto de que no processo de

Transferência de Competências, no exercício de 2022, só foram suportados os custos de março a dezembro, enquanto no exercício de 2023 já foram contabilizados os custos com o pessoal de janeiro a dezembro. Os novos recrutamentos de colaboradores também contribuíram para o aumento da rubrica em causa.

Os Fornecimentos e Serviços Externos, de 2022 para 2023, aumentaram 13,88%, isto é, o crescimento foi na ordem dos 615.394,00€. Também os Outros Gastos, e os Gastos Por Juros e Outros Encargos registaram incrementos, de respetivamente, 166.717,00€ e 20.063,46€.

Na conta 68 – Outros Gastos, há a salientar o movimento, tanto do exercício de 2022 como no de 2023, do valor dos prejuízos registados da aplicação do método de equivalência patrimonial da participação da APIN, tendo sido acrescentado o valor de 168.491,32€ nos custos de 2022 e, de 266.371,71€ nos custos de 2023. No período em análise, esta rubrica registou um crescimento de aproximadamente 32,20%.

c) Nas Outras Divulgações à semelhança do que foi descrito no exercício de 2022, há a salientar o facto que no ano de 2019, o Município da Lousã assinou um contrato de gestão delegada com a APIN, através do qual foi cedida à APIN a exploração do Sistema de Abastecimento de Águas, Saneamento de Águas Residuais e de Resíduos Sólidos. Assim, enquanto não for formalizada a cedência dos bens prevista no contrato de gestão delegada, o Município manterá no seu Ativo Fixo Tangível os bens cedidos.

RELATÓRIO DE GESTÃO E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DO ANO DE 2023

ENCERRAMENTO

O presente Relatório de Gestão e os Documentos de Prestação de Contas do ano de 2023, que é composto por 62 (sessenta e duas) páginas, devidamente numeradas e rubricadas, foi aprovado pela Câmara Municipal na reunião de 17 de junho de 2024, em conformidade com o disposto na alínea i) do nº1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

A Câmara Municipal

LUIS MIGUEL CORREIA ANTUNES

Assinado de forma digital por LUIS MIGUEL CORREIA ANTUNES
Dados: 2024.06.17 12:08:06 +01'00'

Assinado por: **RICARDO EMANUEL SOARES FERNANDES**
Num. de Identificação: 11317339
Data: 2024.06.17 11:20:56+01'00'

Assinado por: **HENRIQUETA CRISTINA FERREIRA DA SILVA BEATO DE OLIVEIRA**
Num. de Identificação: 03916307
Data: 2024.06.17 11:25:37+01'00'

Assinado por: **JOÃO ANTÓNIO MARTINS DOS SANTOS**
Num. de Identificação: 12028849
Data: 2024.06.17 11:30:40+01'00'

Assinado por: **Víctor Eugénio das Neves Carvalho**
Num. de Identificação: 12127887
Data: 2024.06.17 11:34:43+01'00'

Assinado por: **Ana Paula Dias Neves Sançana**
Num. de Identificação: 11546652
Data: 2024.06.17 11:40:52+01'00'

Assinado por: **Alcindo José Gonçalves Quaresma**
Num. de Identificação: 07403831
Data: 2024.06.17 11:46:52+01'00'

Documento apreciado e votado na sessão da Assembleia Municipal de 26 de junho de 2024, em conformidade com o disposto na alínea l) do nº2 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

A Assembleia Municipal

Assinado por: **ANA MARIA DA CONCEIÇÃO FERREIRA**
Num. de Identificação: 10356400
Data: 2024.06.26 19:11:02+01'00'

Assinado por: **Orlando António Lopes Ferreira**
Num. de Identificação: 07403336
Data: 2024.06.26 19:20:01+01'00'

Assinado por: **Maria Aldina da Costa Sancho Martins**
Num. de Identificação: 02516852
Data: 2024.06.26 19:38:13+01'00'